

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

GISELE REI WILKEN

MULHER, QUEM DIRECIONA SUAS FINANÇAS?

Uma reflexão sobre a relação da independência feminina com a gestão financeira

RIO DE JANEIRO

2025

Gisele Rei Wilken

MULHER, QUEM DIRECIONA SUAS FINANÇAS?

Uma reflexão sobre a relação da independência feminina com a gestão financeira

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de pós-graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia.

Orientadora: Maira Monteiro Fróes

Orientadora: Angélica Fonseca da Silva Dias

Rio de Janeiro

2025

CIP - Catalogação na Publicação

R681m Rei Wilken, Gisele
MULHER, QUEM DIRECIONA SUAS FINANÇAS? Uma
reflexão sobre a relação da independência feminina
com a gestão financeira / Gisele Rei Wilken. -- Rio
de Janeiro, 2025.
96 f.

Orientadora: Maira Monteiro Fróes.
Coorientadora: Angélica Fonseca da Silva Dias.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Decania do Centro de Ciências
Matemáticas e da Natureza, Programa de Pós-Graduação
em História das Ciências e das Técnicas e
Epistemologia, 2025.

1. História das Mulheres. 2. Independência
Feminina. 3. Sociedade de Consumo. 4. Finanças. 5.
Governança. I. Monteiro Fróes, Maira , orient. II.
Fonseca da Silva Dias, Angélica, coorient. III.
Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

Gisele Rei Wilken

MULHER, QUEM DIRECIONA SUAS FINANÇAS?

Uma reflexão sobre a relação da independência feminina com a gestão financeira

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (HCTE), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como requisito necessário à obtenção do grau de Mestre em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia.

Aprovada em: 27 de março de 2025

Profa. Dra. Maira Monteiro Fróes
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Angélica Fonseca da Silva Dias
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Juliana Baptista dos Santos França
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Isabel Leite Cafezeiro
Universidade Federal Fluminense

Dedico às minhas ancestrais e contemporâneas que abriram o caminho até o presente momento.

AGRADECIMENTOS

As mulheres da minha família enfrentaram muitas dificuldades, o que me inspirou a pensar de forma crítica e deu início ao meu processo pessoal de pesquisa e investigação. Dedico em especial Heloisa, Lucia, Angela, Maria Teresa, Annelise, Vera Lucia, Raquel e Juliana.

Ao meu núcleo, Emilio, Felipe e Antonia, que me faz encarar meu jeito de ser mulher e buscar ser melhor a cada dia, sendo eles minha força vital e motriz.

Às professoras e orientadoras Angélica Dias e Maira Fróes, por acreditarem neste projeto e dedicarem seu tempo e apoio. Sou grata por respeitarem meu ritmo de aprendizado nesta nova jornada como pesquisadora, sempre me guiando nos momentos mais desafiadores. Foi uma honra aprender com vocês.

À mulher que me inspira todos os dias com suas orientações e sugestões de melhorias, minha consultora pessoal, Bianca Damasceno. Ela é, além de uma parceira nesta pesquisa, alguém que me impulsiona e me ajuda a fazer profundas descobertas sobre mim mesma. Nesta jornada de desenvolvimento pessoal, pude ajudar outras mulheres, criando um ciclo virtuoso de apoio e crescimento. Sou profundamente grata por tê-la ao meu lado nos momentos mais importantes da minha vida, inspirando-me a superar obstáculos e alcançar novas conquistas.

Quero expressar minha gratidão às mulheres que transformaram esta pesquisa em algo muito especial: minhas clientes, que me permitiram aplicar minha prática de gestão financeira em formato de consultoria e ajudá-las a conquistar independência; e meus amigos e amigas, que fortaleceram minhas ideias e me apoiaram de diversas maneiras.

Aos meus parceiros e amigos de trabalho, expresso meu agradecimento por todo o apoio e incentivo que me proporcionaram ao transformar as conversas do cotidiano em escrita e vice-versa. Esse apoio foi essencial para o desenvolvimento desse processo criativo. Agradeço por compartilharem suas perspectivas, inspirações e por serem verdadeiros companheiros nessa jornada.

Quando uma mulher vive de verdade, todas as outras também vivem.

Clarissa Pinkola Estés

RESUMO

WILKEN, Gisele Rei. **Mulher, quem direciona suas finanças? Uma reflexão sobre a relação da independência feminina com a gestão financeira** (Mestrado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia - HCTE) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

A trajetória das mulheres revela um legado de dependência e submissão, com o papel feminino frequentemente restrito ao espaço doméstico. Contudo, conquistas sociais ao longo do tempo ampliaram os espaços disponíveis, permitindo maior independência. A mulher contemporânea se caracteriza por sua autonomia e individualidade, inserida em uma sociedade de consumo regida pelo capitalismo, em que o marketing se destaca como um recurso essencial de publicidade e comunicação. A exploração da beleza contribui para altos faturamentos em produtos e serviços direcionados ao público feminino, o que coloca uso dos recursos financeiros por parte das mulheres como foco de análise. Nesse sentido, este estudo tem como objetivo confirmar ou refutar a hipótese de que, enquanto persistirem as estruturas do capitalismo vigente, a relação das mulheres com o dinheiro influenciará significativamente sua posição social. Considera-se que o equilíbrio entre “ganhos, gastos e guarda” decisivo para a independência feminina. Esse equilíbrio pode caminhar ao lado da Governança para uma gestão consciente de recursos e tomada de decisão. Para a realização das análises, utilizou-se revisão de literatura e pesquisa exploratória e, abrangendo áreas como História Social das Mulheres, Antropologia, Sociologia, Marketing, Estudo do Comportamento do Consumidor, Administração Geral e Gestão Financeira. A partir de uma investigação multidisciplinar, essas abordagens visam analisar o quanto a lida com o dinheiro a partir das noções gerenciais e tecnologias disponíveis impactam na demarcação do espaço delas na sociedade atual. A hipótese central sustenta que, sob as estruturas do sistema capitalista financeiro, é fundamental que as mulheres gerenciem seus ganhos, gastos e poupança como estratégia para fortalecer a sua independência e a sociedade como um todo.

Palavras- Chave: História das Mulheres; Independência Feminina; Sociedade de Consumo; Finanças; Governança.

ABSTRACT

WILKEN, Gisele Rei. **Woman, who directs your finances? A reflection on the relationship between female independence and financial management** (Mestrado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia - HCTE) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

The trajectory of women reveals a legacy of dependence and submission, with the female role often restricted to the domestic sphere. However, social achievements over time have expanded available spaces, allowing for greater independence. The contemporary woman is characterized by her autonomy and individuality, embedded in a consumer society governed by capitalism, where marketing stands out as an essential tool for advertising and communication. The exploitation of beauty contributes to high revenues in products and services targeted at the female audience, which places the use of financial resources by women as a focal point for analysis. In this sense, this study aims to confirm or refute the hypothesis that, as long as the structures of the prevailing capitalism persist, women's relationship with money will significantly influence their social position. It is considered that the balance between 'earnings, spending, and saving' is crucial for female independence. This balance can go hand in hand with governance for conscious resource management and decision-making. For the analyses, literature review and exploratory research were used, covering areas such as Social History of Women, Anthropology, Sociology, Marketing, Consumer Behavior Studies, General Administration, and Financial Management. Through a multidisciplinary investigation, these approaches aim to analyze how dealing with money based on managerial concepts and available technologies impacts the demarcation of women's space in today's society. The central hypothesis holds that, under the structures of the financial capitalist system, it is essential for women to manage their earnings, spending, and savings as a strategy to strengthen their independence and society as a whole.

Key words: Women's History; Consumer Society; Finance. Governance

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fases da Pesquisa.....	22
Figura 2 - Os Três Principais Marcos Históricos	38
Figura 3 - Proporção de Assentos Ocupados por Mulheres nos Parlamentos (%).....	41
Figura 4 - Principais Motivos que as Mulheres Permanecem nos Casamentos	50
Figura 5 - Tipos de Violência Domésticas (%)	51
Figura 6 - Conceituação do Consumo, Consumismo e Compulsão por Compras	61
Figura 7 - Tendência de Consumo da Mulher Brasileira.....	64
Figura 8 - Exemplos das Receitas e Despesas	71
Figura 9 - As três dimensões do fluxo financeiro.....	71
Figura 10 - Os 3G's da Gestão Financeira	72
Figura 11 - O Eixo da Independência Feminina.....	76
Figura 12 - Os Aliados das Mulheres Contemporâneas	80
Figura 13 - Material da Campanha Nacional "Agosto Lilás" (2023).....	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação feminina no Congresso Nacional e nas Assembleias	40
Tabela 2 - Preço da pílula anticoncepcional em território nacional	44
Tabela 3 - Os exemplos das lacunas financeiras das mulheres	74
Tabela 4 - Lista de Leis que protegem as Mulheres	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCB	Banco Central do Brasil
CEAM	Centro Especializado de atendimento à Mulher
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
DFID	Desenvolvimento Internacional do Reino Unido
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
ESG	<i>Environmental, Social and Governance</i>
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDM	Movimento Democrático de Mulheres
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONGs	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	JUSTIFICATIVA.....	15
1.2	PERGUNTA DA PESQUISA.....	19
1.3	OBJETIVOS.....	20
1.3.1	Objetivo Geral	20
1.3.2	Objetivos Específicos.....	20
2	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	22
2.1	TIPO DE PESQUISA.....	22
2.2	SELEÇÃO DOS SUJEITOS	23
2.3	COLETA DE DADOS	23
2.4	ANÁLISE DOS DADOS	24
2.5	LIMITAÇÕES DO MÉTODO	24
2.6	ESTRUTURA DO TRABALHO	25
3	REFERENCIAL TEÓRICO	27
4	A MULHER E A FAMÍLIA	33
4.1	A OBRIGAÇÃO DE CUIDAR.....	34
4.2	AS CONQUISTAS SOCIAIS	38
4.2.1	Voto Feminino.....	38
4.2.2	Pílula Anticoncepcional	42
4.2.3	Lei do Divórcio.....	47
4.3	INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA FEMININA	52
5	A MULHER E O MARKETING	56
5.1	CONSUMO FEMININO	59
5.2	EXPLORAÇÃO DA BELEZA	63
5.3	UMA CONDUTA CRÍTICA	66
6	A MULHER POR ELA MESMA	68
6.1	A GESTÃO FINANCEIRA E A INDEPENDÊNCIA FEMININA	72
6.2	INCLUSÃO DA GOVERNANÇA NA VIDA PRÁTICA	76
6.3	APOIO DE RECURSOS E PESSOAS	79
7	CONCLUSÃO	85

7.1	LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	87
7.2	SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS.....	89
8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os direitos das mulheres têm ganhado crescente visibilidade e reconhecimento como parte essencial da agenda global de justiça social e igualdade. O avanço dessa consciência coletiva permitiu que cada vez mais mulheres tivessem acesso à educação, ao trabalho remunerado e à participação política. Organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), desempenham um papel fundamental nesse processo, ao estabelecer diretrizes, metas e compromissos para a promoção da equidade de gênero — como evidenciado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o de número 5, que visa alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. A historiadora Mary Del Priore (2013) endossa essa afirmação quando diz que elas estão “cada vez mais visíveis e atuantes pois elas trabalham, sustentam a família, vêm e vão, cuidam da alma e do corpo, ganham e gastam, amam e odeiam” (Idem, 2013, p.7).

Os importantes passos dados rumo a independência feminina, entretanto, não deixam de mostrar ainda a necessidade de muitos avanços. Historicamente, as mulheres trazem a marca da dependência que se torna um problema complexo e multifacetado em relação ao seu lugar no mundo. Elas foram socialmente condicionadas a desempenhar papéis tradicionais na esfera doméstica, enquanto os homens assumiram o papel de seus provedores. Segundo Federici (2021), esse movimento teve origem no início do século XIX com a invenção da família nuclear na Europa “centrada na dependência econômica das mulheres aos homens – seguida da expulsão delas nos postos de trabalho remunerado.” (idem, 2023, p. 44). A autora reforça que esse movimento foi um dos primeiros feitos para o desenvolvimento do capitalismo e foi se constituindo elemento estrutural.

O machismo é um elemento estrutural do desenvolvimento capitalista, uma força material a se interpor no caminho de qualquer transformação social verdadeira, que não pode ser derrotada pela entrada das mulheres nas fábricas e pelo trabalho ao lado dos homens, mas exige em vez disso, que as mulheres se rebellem contra a dominação masculina e suas bases materiais. (Federici, 2021, p. 17)

Como argumenta Federici, a libertação das mulheres não pode se restringir à igualdade no trabalho, pois exige uma transformação radical das estruturas econômicas e sociais que sustentam a desigualdade de gênero. No mundo ocidental, modelos como o

machismo e o patriarcado perpetuam essa desigualdade em diversas esferas, incluindo a econômica, política, social e trabalhista. A lógica de submissão imposta às mulheres resulta em sua idealização como cuidadoras do lar e da família, reforçando estereótipos que limitam seu potencial e restringem suas oportunidades.

1.1 JUSTIFICATIVA

O preconceito de gênero é um problema generalizado no mundo. De acordo com o relatório mais recente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), intitulado ‘Índice de Normas Sociais de Gênero’, publicado em 2023, houve poucos avanços na redução do preconceito contra as mulheres ao longo da última década mesmo com campanhas globais¹ (PNUD, 2023). O relatório analisou quatro dimensões: integridade física, educacional, política e econômica. Conforme o estudo, constatou-se que, no Brasil, 84,5% da população apresenta pelo menos um tipo de preconceito contra as mulheres. Especificamente, o ponto a observar é que 31% dos brasileiros entrevistados acreditam que os homens deveriam ter mais privilégios no trabalho do que as mulheres, ou que os homens são mais habilidosos em negócios do que as mulheres. Esses resultados revelam percepções e atitudes discriminatórias sobre o dinheiro e as mulheres que ainda prevalecem na sociedade.

A falta de coerência entre o fluxo do dinheiro – os ganhos, os gastos e a guarda - pode ser atribuída a diversos fatores estruturais, incluindo aspectos sociais e comportamentais que influenciam diretamente sua relação com as finanças. A disparidade de renda e salários, por exemplo, afeta significativamente os ganhos, e mesmo com os avanços na inserção feminina no mercado de trabalho, a desigualdade permanece como

¹ O relatório menciona campanhas globais e locais importantes pelos direitos das mulheres como *Me Too* que é o movimento contra assédio sexual e a agressão sexual origem dos Estados Unidos em 1996 desdobrando na maior parte do mundo inclusive no Brasil disponível em <https://metoomvmt.org/global/> Acesso em: 15 jun. 2024, *Ni Una Menos* que é uma marcha contra a violência de gênero que se deu na Argentina, Chile e Uruguai em 2015. Disponível em <https://niunamenos.org.ar/> Acesso em: 15 jun 2024. *Time's Up* é o movimento criado em 2018 pelas atrizes de Hollywood para combater a agressão sexual, desigualdade sistêmica e a injustiça no local de trabalho na indústria cinematográfica estadunidense. Disponível em <https://www.weforum.org/agenda/2018/01/times-up-explainer-sexual-harassment-hollywood/> Acesso em: 15 jun. 2024 e *Un Violador en Tu Camino* uma música chilena feminista contra a violência de gênero Disponível em <<https://www.lavanguardia.com/cultura/20191205/472068241496/un-violador-en-tu-camino-cancion-chilena-himno-feminista-mundial.html>> Acesso em: 15 jun. 2024.

um obstáculo recorrente em muitos países. A pesquisa mais recente sobre a disparidade salarial entre homens e mulheres no Brasil foi divulgada em setembro de 2024 pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), utilizando dados da 'Relação Anual de Informações Sociais' (RAIS) de 2023. O relatório revelou que, em empresas com mais de 100 funcionários, as mulheres ganham, em média, 20,7% menos do que os homens. A diferença salarial é ainda mais acentuada em cargos de direção e gerência, onde as mulheres recebem 27% a menos, e em funções de nível superior, com uma disparidade de até 31,2%. O *Global Gender Gap Report* [Relatório Global sobre Disparidades de Gênero] 2024 do Fórum Econômico Mundial é uma fonte abrangente sobre as disparidades salariais entre homens e mulheres em nível global. O relatório aponta que a diferença econômica global entre gêneros diminuiu ligeiramente, mas ainda persiste uma lacuna considerável. Em 2024, a participação econômica e a oportunidade para as mulheres foram fechadas em 60,5%, um progresso modesto em relação aos anos anteriores. No ritmo atual, estima-se que levará cerca de 152 anos para alcançar a paridade econômica completa. No relatório da OECD² (2022), a muitos fatores impulsionam a disparidade salarial de gênero, incluindo segregação horizontal e vertical em diferentes empregos, discriminação e a enorme desigualdade de gênero que existe na parcela de horas de trabalho não remuneradas. As mulheres cozinham, limpam, cuidam de idosos e cuidam de crianças muito mais do que os homens, o que, por sua vez, limita tanto o tempo que as mulheres podem gastar em trabalho remunerado quanto suas possibilidades de progredir em suas carreiras. A responsabilidades e os cuidados sob responsabilidade ainda é com elas, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD CONTÍNUA) do IBGE, de 2019, aponta que as mulheres brasileiras enfrentam desigualdade no trabalho doméstico não remunerado. Os números revelam que elas dedicam cerca de 20 horas por semana a afazeres domésticos, enquanto os homens dedicam apenas 11 horas.

Na esfera dos gastos, estima-se que as mulheres, segundo os dados da *World Economic Forum* [Fórum Econômico Mundial] de 2022, **paguem em média 13% a mais por produtos** semelhantes aos oferecidos aos homens, e em alguns casos, esses custos podem ultrapassar os 1.300 dólares anuais. Isso ocorre tanto pela taxa de diferenciação de produtos específicos, como produtos menstruais (a chamada "taxa do absorvente"), quanto pela prática de precificar versões femininas de produtos de forma mais alta, como

² Relatório da OECD intitulado *Gender equality and work* (2022). Disponível em <https://www.oecd.org/en/topics/gender-equality-and-work.html> Acesso em: 20 out. 2024.

lâminas de barbear e desodorantes. Outro dado releva que de 8 em cada 10 brasileiras estão endividadas (recursos financeiros que se necessita e assume o seu pagamento futuro), segundo os Dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em 2023³. Outra pesquisa, da mesma instituição, publicado *Infomoney*⁴ em março de 2024 mostra 77,9% são mulheres inadimplentes (O Banco Central considera quando não se paga após 90 dias do vencimento da conta, antes disso é classificado como ‘em atraso’). No artigo *Women and Money: Consumerism, Masquerade or Seduction?*⁵ [Mulheres e Dinheiro: Consumismo, Máscara ou Sedução?] (2015) escrito por Maria Laura Bettencourt Pires, da Universidade Católica Portuguesa destaca as percepções e estereótipos de gênero em relação ao dinheiro e ao consumismo, especialmente no que diz respeito às mulheres. O artigo destaca como as mulheres foram historicamente treinadas para investir em aspectos que não necessariamente têm valor material, como estilo de vida e filhos, em contraste com os homens que muitas vezes investem em bens tangíveis e financeiros.

A guarda do dinheiro — compreendida como a formação de uma reserva de emergência, a preparação para imprevistos e o investimento em projetos futuros — é essencial para garantir estabilidade financeira e fomentar um planejamento sustentável. No entanto, o hábito de poupar ainda representa um desafio significativo para grande parte da população brasileira. De acordo com a pesquisa Pulso 2023 da Ipsos, cerca de 61% dos brasileiros afirmam não conseguir guardar dinheiro, seja para investimentos ou para a poupança. Apenas 34% conseguem criar uma reserva financeira. A dificuldade de poupar está geralmente ligada à renda limitada e à necessidade de priorizar despesas básicas, além de fatores como o alto custo de vida e o endividamento. Esses fatores, juntos, ajudam a entender por que pode haver uma inconsistência entre os ganhos, os gastos e a capacidade de guarda para as mulheres. A complexidade dessas variáveis

³ A pesquisa da CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo) sobre o endividamento de famílias brasileiras cai pelo quinto mês consecutivo. Apesar na manchete ser otimista o pior cenário ainda está para as mulheres pois a justificativa da grande dificuldade de quitar as dívidas. Disponível em <https://portaldocomercio.org.br/economia/endividamento-de-familias-brasileiras-cai-pelo-quinto-mes-consecutivo/> Acesso em: 21 out. 2024. Além dessa pesquisa, o Globo Gente tem um trabalho publicado sobre Endividamento das Brasileiras elaborada em março de 2024 relatando detalhadamente esse cenário. Disponível em <https://gente.globo.com/endividamento-das-brasileiras/> Acesso em; 21 out. 2024.

⁴ Publicação sobre endividamento e inadimplência caem em fevereiro puxados pelas mulheres. Disponível em <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/endividamento-e-inadimplencia-caem-em-fevereiro-puxados-pelas-mulheres/> Acesso em: 21 out. 2024.

⁵ O artigo ‘Women and Money: Consumerism, Masquerade or Seduction?’ está disponível em <<https://revistas.ucp.pt/index.php/gaudiumsciendi/article/view/2757> > Acesso em: 16 jun. 2024.

aponta para a necessidade de uma abordagem integrada, que combine políticas de igualdade salarial, educação financeira e apoio às responsabilidades familiares para melhorar a situação financeira de maneira abrangente para o público feminino.

No contexto global, há diversas discussões sobre a relação com o dinheiro e suas dinâmicas em diferentes aspectos. Esses debates abrangem temas como a distribuição de renda, a desigualdade econômica, o papel do dinheiro nas relações sociais e a influência das práticas de consumo sobre o bem-estar das pessoas. O artigo selecionado foi *Money management over the course of marriage: Parenthood, employment and household financial organization in Japan*⁶ (2023) [Gestão do dinheiro ao longo do casamento: Paternidade, emprego e organização financeira doméstica no Japão] escrito por Beyda Çineli e Ryota Mugiyama vem discutir os padrões de gestão do dinheiro doméstico entre os casais japoneses que identificou três pilares sendo bases para a construção de gênero nas famílias que são: trabalho remunerado, trabalho doméstico e rendimento familiar e que o último é pouco explorado no Japão.

Numa revisão da investigação familiar na década de 1980, Ferree (1990) identificou três pilares cruciais para a compreensão do contexto em que as famílias constroem o gênero: trabalho remunerado, trabalho doméstico e rendimento familiar. Embora muita atenção acadêmica tenha sido dada às duas primeiras questões, a organização financeira das famílias ainda permanece relativamente menos explorada. (Tradução Livre. Çineli, Mugiyama apud Ferree, 2023, p. 1)

Outro artigo sob o título *Money, Debt and Finance: Reclaiming the Conditions of Possibility in Consumption Research*⁷ [Dinheiro, dívida e finanças: recuperando as condições de possibilidade na pesquisa de consumo] relata a ausência de consideração adequada ao dinheiro e às finanças nos estudos sobre consumo. Os autores mencionam que as mulheres tendem a priorizar gastos para outros, como criança e família, mas também discute a urgência delas se tornarem autônomas financeiramente. Além disso, o artigo destaca que os orçamentos domésticos não são mais geridos de forma puramente coletiva, mas sim como uma combinação complexa de finanças individuais e coletivas.

⁶ O artigo '*Money management over the course of marriage: Parenthood, employment and household financial organization in Japan*' Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1040260823000199> Acesso em: 16 jun. 2024.

⁷ O artigo '*Money, Debt and Finance: Reclaiming the Conditions of Possibility in Consumption Research*' Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2047173420948411> Acesso em: 16 jun. 2024.

Há uma necessidade maior de uma negociação contínua entre consumo individual e coletivo dentro do contexto familiar.

O artigo *Design Development of Financial Citizenship Model for Women in Indonesia*⁸ [Projeto de Desenvolvimento de Modelo de Cidadania Financeira para Mulheres na Indonésia] escrito por Ignatius Roni Setyawan et al. (2020) retrata as baixas compreensão e participação das mulheres na Indonésia no sistema financeiro, refletidas pela falta de conhecimento financeiro e pela baixa inclusão financeira.

Podemos analisar que o tema é relevante o quanto que é afetado no mundo e que a relação com o dinheiro importa para que possamos equalizar a questão de gênero. Toda essa idealização do feminino, fundamentada em preconceitos históricos, acaba por restringir oportunidades para as mulheres, especialmente no que diz respeito ao aspecto econômico. A limitação de renda e a ausência de reservas para lidar com situações imprevistas, como por exemplo, McGoldrick (2011), traz que “geralmente é a mulher que cai para o nível da pobreza se o casal se divorcia, pois ela sofre uma queda média de 40% nos rendimentos, ao passo que o rendimento do homem aumenta cerca de 17%” (p. 31, 2011) e levam a depender de terceiros para complementar suas receitas, comprometendo sua capacidade de tomar decisões de forma livre e autodeterminada, principalmente no âmbito financeiro. Até porque, elas partem sempre em desvantagem significativa em relação a empregos bem remunerados, progressão na carreira e participação nos negócios. (Carter e McGoldrick, 2011).

Diante desses cenários, a situação das mulheres torna-se vulnerável, especialmente em nosso sistema atual, que tem preponderantemente a financeirização como o seu principal vetor de poder. Nesse sentido, são urgentes os esforços para se desfazer a noção de que ‘mulher’ e ‘dinheiro’ se posicionam em lados opostos.

1.2 PERGUNTA DA PESQUISA

O gerenciamento do dinheiro impacta na independência feminina e na atuação da mulher na sociedade?

⁸ O artigo ‘*Design Development of Financial Citizenship Model for Women in Indonesia*’ Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1040260823000199> Acesso em: 16 jun. 2024.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Há uma abordagem singular das mulheres em relação ao dinheiro, uma maneira própria de gerenciar seus recursos financeiros. Quais são os valores que definem a marca histórica das mulheres e como eles podem se afastar desse modelo convencional de lidar com o dinheiro? Será que a racionalidade, pragmatismo e busca pelo lucro, características fundamentais da administração financeira, alinham-se aos valores tradicionalmente associados ao feminino?

Esta pesquisa tem como objetivo investigar se e como o gerenciamento do dinheiro influencia a independência das mulheres em sua atuação social, considerando que vivemos em um sistema capitalista financeiro ainda marcado por estruturas patriarcais. Muitas vezes, nos debates sobre desigualdade de gênero, a tratativa com dinheiro é deixada de lado, mas é crucial reconhecer que o empoderamento das mulheres inclui, especialmente, a capacidade de gerenciar-se de forma autônoma.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Analisar o impacto histórico e social da relação das mulheres com o dinheiro e sua trajetória na gestão financeira.
- b) Mostrar como a questão do dinheiro tem se intensificado na história das mulheres, revelando sabotagens históricas que limitaram a autonomia financeira feminina.
- c) Descrever como a sociedade atual, sob a estrutura capitalista, conduz as mulheres ao consumo e reforça estigmas, limitando sua autonomia financeira.
- d) Demonstrar que o dinheiro atua como um condutor de comportamento na sociedade contemporânea, especialmente entre as mulheres, influenciando suas escolhas e modos de vida.

- e) Entender as bases do fluxo financeiro, incluindo entradas e saídas dinheiro, propondo soluções para a segurança financeira a longo prazo.
- f) Demonstrar como a gestão financeira incluído a Governança pode fortalecer as mulheres para dentro da vida privada e para fora da vida pública proporcionando novas perspectivas de vida e interação social.
- g) Identificar e analisar os recursos de apoio, como políticas públicas, tecnologias e iniciativas voltadas para a independência feminina.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo, são descritos os procedimentos metodológicos utilizados para a realização deste estudo, contemplando a definição do tipo de pesquisa, os instrumentos de coleta de dados e os métodos de tratamento e análise das informações obtidas.

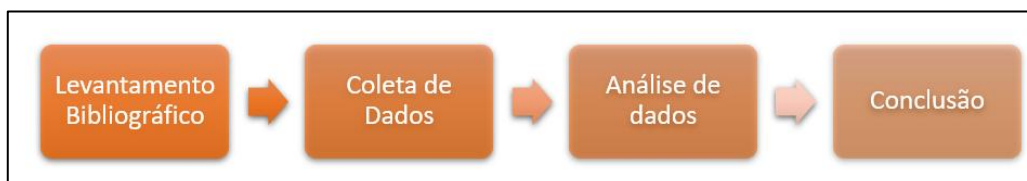
2.1 TIPO DE PESQUISA

Este trabalho configura-se como uma pesquisa exploratória, sendo adequada quando se busca maior familiaridade com um problema ainda pouco compreendido, como afirmam Prodanov e Freitas (2013, p. 127), ao definirem esse tipo de pesquisa como aquela que “visa proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito ou construindo hipótese sobre ele”. De acordo com Yin (2015), a estratégia exploratória pode ser aplicada em diversas situações, especialmente quando há múltiplas variáveis em jogo e necessidade de compreender fenômenos sociais complexos. Zikmund (2000) também destaca que os estudos exploratórios são úteis para diagnosticar situações, explorar alternativas ou gerar novas ideias.

Com base na taxonomia proposta por Vergara (2012), esta pesquisa se classifica quanto aos meios como uma pesquisa bibliográfica, por se fundamentar em materiais já publicados – como livros, artigos acadêmicos, periódicos científicos, dissertações e documentos eletrônicos (Lakatos & Marconi, 2010). Quanto aos fins, é uma pesquisa aplicada, pois visa produzir conhecimento voltado à solução de problemas práticos e motivado por uma necessidade concreta (Vergara, 2012).

As etapas metodológicas foram organizadas conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1- Fases da Pesquisa



Fonte: autoria própria

2.2 SELEÇÃO DOS SUJEITOS

Os sujeitos envolvidos no estudo correspondem ao perfil delimitado como mulheres cisgênero⁹, heterossexuais, nascidas entre as décadas de 1970 e 1980, com idade entre 40 e 50 anos, casadas, mães de um ou dois filhos, com ensino superior completo e inseridas no mercado de trabalho. Tais mulheres desempenham, simultaneamente, atividades produtivas e responsabilidades reprodutivas, contando com apoio familiar ou contratado para a administração da vida doméstica e dos cuidados infantis.

O recorte busca observar experiências que refletem um perfil de dupla ou tripla jornada e que, ainda assim, vivenciam conflitos relacionados à independência e ao poder de decisão sobre seus próprios recursos.

Este estudo busca responder às seguintes perguntas: Como o gerenciamento do dinheiro influencia a autonomia e a independência da mulher em sua vida pessoal e social? Quais barreiras históricas, culturais e simbólicas afetam a capacidade das mulheres de exercerem controle sobre seus recursos financeiros? Em que medida a gestão financeira pode fortalecer o protagonismo feminino no contexto de um sistema capitalista ainda patriarcal? Tais questões norteiam a escolha dos referenciais teóricos, a organização das categorias analíticas e a estrutura argumentativa do trabalho.

2.3 COLETA DE DADOS

A coleta de dados parte da experiência vivida da própria pesquisadora, o que confere à investigação um caráter autobiográfico e reflexivo. A vivência como mulher, mãe, esposa, administradora e profissional ativa no mercado de trabalho que enfrenta desafios relacionados à gestão financeira serve de ponto de partida para o desenvolvimento do objeto de pesquisa. Assim, a experiência pessoal se articula com os contextos sociais mais amplos e com os referenciais teóricos.

⁹ Este trabalho foca na pesquisa voltada para mulheres heterossexuais cisgêneros. No entanto, acreditamos que as estratégias e o conteúdo abordados podem beneficiar qualquer pessoa, pois a gestão financeira é uma questão relevante para todas as identidades de gênero.

O levantamento bibliográfico contempla, em sua primeira etapa, a análise histórica da luta das mulheres no Brasil, com ênfase em sua relação com o dinheiro, os direitos civis e políticos, o corpo e as violências de gênero. Em um segundo momento, são analisadas as dinâmicas do consumo contemporâneo e a atuação do marketing sobre o comportamento feminino. Por fim, a terceira etapa traz a contribuição da área da administração e da gestão financeira, com estratégias que favoreçam a independência feminina, como o ciclo “ganho, gasto e guarda”, ancorado em princípios de governança.

Essa abordagem está em consonância com Gil (2010), ao afirmar que a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em fontes secundárias, já sistematizadas, mas fundamentais para a análise crítica e teórica dos fenômenos.

2.4 ANÁLISE DOS DADOS

Por fim, após o levantamento dos dados coletados, foi efetuada análise deles para posterior conclusão do trabalho. Segundo os autores abordados, a análise de dados permite a observação dos componentes de um conjunto de dados e suas possíveis relações para que o pesquisador, a partir da generalização desses dados, possa constituir sua crítica (Lakatos e Marconi, 2010).

No que diz respeito à técnica de análise de dados, foi utilizada a análise de conteúdo por se tratar de uma técnica que trabalha os dados coletados, objetivando a identificação do que está sendo dito a respeito de determinado tema (Vergara, 2012). Bardin (2006, p.38) classifica a análise de conteúdo como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

2.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

O método escolhido para este estudo apresentou limitações, como a dificuldade de ampla representatividade, uma vez que o público pesquisado é composto por mulheres

com características específicas, limitadas pelo estado civil, idade e localização. Esses fatores estão sujeitos a vieses sociais e culturais, o que impede que os resultados sejam para todas as mulheres.

2.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

A estrutura do trabalho está organizada em três etapas, abordadas em capítulos específicos. A primeira, intitulada "A Mulher e a Família", discute os pressupostos sociais e culturais que historicamente moldaram a posição da mulher na sociedade brasileira, destacando a luta contínua por reconhecimento e direitos tanto na esfera pública quanto na privada. Nesse contexto, o dinheiro aparece como símbolo de poder, tradicionalmente associado à figura do "grande pai", papel posteriormente transferido ao marido. Ao longo do tempo, essa narrativa vem sendo ressignificada, à medida que as mulheres conquistam maior autonomia e a capacidade de fazer suas próprias escolhas, fruto das lutas sociais e avanços legais obtidos nas últimas décadas.

A segunda etapa, intitulada "A Mulher e o Marketing", analisa o impacto do capitalismo contemporâneo na construção da relação das mulheres com o dinheiro. Argumenta-se que, na sociedade líquida, marcada por incertezas e excesso de estímulos, as mulheres enfrentam desafios específicos em relação ao consumo e à gestão financeira. Estigmas herdados do passado — como a expectativa de casamento e maternidade, os padrões de beleza e o marketing voltado quase exclusivamente ao público feminino — contribuem para manter as mulheres em posição de vulnerabilidade no que diz respeito à sua autonomia econômica.

A terceira etapa, intitulada "A Mulher por Ela Mesma", propõe caminhos para o fortalecimento da relação das mulheres com o dinheiro, ampliando seu poder de decisão sobre os recursos que circulam em seu cotidiano. O gerenciamento financeiro, aqui explorado sob a ótica da administração, é compreendido como “um processo de tomar decisões e realizar ações que compreende quatro processos interligados: planejamento, organização, execução e ação” (Maximiano, 2000, p. 26). O objetivo é capacitar as mulheres para que assumam o controle de sua vida financeira, desenvolvendo habilidades que lhes permitam tomar decisões eficazes e alcançar os resultados desejados. Para tanto, é essencial que reconheçam seu papel como gestoras e compreendam a dinâmica do ciclo

entre ganhar, gastar e guardar, aliado a princípios de governança. A abordagem proposta, fundamentada na administração geral e financeira, busca promover a autonomia e o empoderamento feminino, fortalecendo o protagonismo das mulheres em suas trajetórias individuais.

Por fim, reconhece-se que, apesar da relevância e da abrangência do tema, este estudo não esgota a discussão. Ao contrário, abre caminhos para novas investigações científicas que considerem outros recortes, como mulheres divorciadas, donas de casa (sem atividade remunerada), negras, lésbicas, travestis e demais expressões de identidade feminina.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta dissertação dá continuidade ao trabalho final de monografia do MBA em Responsabilidade Social e Terceiro Setor da LARES/UFRJ, intitulado ‘Um Olhar Socialmente Responsável para Finanças Pessoais Gerenciadas por Mulheres’ (2019). Posteriormente, esse trabalho foi publicado em formato de artigo com o mesmo título e apresentado na Iniciação Científica da SIAC/UFRJ (2020), além de ter sido veiculado na revista *Scientiarum Historia* do Programa de História da Ciência, Técnicas e Epistemologia (2020). Cada uma dessas produções contribuiu significativamente para a construção do conhecimento sobre o tema, fornecendo uma base sólida para a pesquisa atual. A evolução desses estudos evidencia a continuidade e o aprofundamento da investigação, refletindo o progresso do conhecimento na área abordada.

Ao empregarmos o termo *mulher*, reconhecemos a impossibilidade de abarcar todos os perfis que essa palavra carrega. Torna-se imprescindível esclarecer a concepção específica que estamos adotando neste trabalho. Refere-se a mulher que ocupa um lugar intermediário, distante tanto das classes mais desfavorecidas quanto das mais abastadas. Estatisticamente, ela se encaixa na faixa de 37% da população, segundo informações do Critério Brasil de 2022. Embora não constitua a maioria, essa parcela é significativa para compreendermos o impacto da opressão patriarcal, as dificuldades gerenciais financeiras e os enfrentamentos ainda necessários pela frente. Não é nem submissa nem ativista. Não se integra à base da pirâmide social, mas sua situação é motivo de preocupação. Ela é quem manifesta ora modos conservadores ora modos disruptivos. Ainda refletem a persistência de desigualdades de gênero e estereótipos arraigados em nossa sociedade, desafiando assim a narrativa convencional de seu papel e identidade. As mulheres ditas de classe média, saem de casa paterna e transferem a responsabilidade do sustento para o marido, embora sejam ativas no mercado de trabalho devido às questões socioculturais. (Carter, Mc Goldrick, 2013). Isso resulta em uma sobrecarga de tarefas, exigindo que saibam equilibrar responsabilidades dentro e fora de casa. Ainda que o marido seja participativo, ainda persiste a ideia arraigada de que seu papel primordial é o de provedor, como reforça a historiadora Del Priore em seu livro *a História das Mulheres no Brasil*:

A conquista da autonomia profissional, a evolução dos modelos familiares, o controle da procriação transformou sua imagem e situação social. A presença feminina afirmou-se notadamente, no mundo do trabalho desde os anos 1980, o crescimento da

população ativa deve muito às mulheres. Tudo indica, aliás, que essa progressão se conserva, apesar do desemprego. Estudos mostram, contudo, a persistência de profunda desigualdade entre os dois sexos: econômica, política e de acesso aos postos de poder. Entre casais, a partilha de tarefas ainda é uma doce utopia; as mulheres consagram-se três vezes mais que os companheiros às atividades domésticas. (Del Priore, 2013, p. 90)

Desta forma, as mulheres se ocupam com as ações do cuidado e o homem, das finanças. Eles assumem a administração financeira da casa, atuam como conselheiros ou consultores para elas. Essa dinâmica reflete na fragilidade dessa relação. A psicóloga e pesquisadora Valéria Meirelles (2015) contribui nessa visão em seu livro ‘Uso o Dinheiro na Vida Adulta: Uma perspectiva da Psicologia Clínica e da Psicologia.

Foram identificados comportamentos de mulheres de carreira (casadas, acima de 40 anos) que, a despeito da formação (algumas eram administradoras e economista), inclusive com a pós-graduação e em cargos elevados (gerentes, diretoras e vice-presidentes), diziam-se incapazes ou com dificuldade para administrar o próprio dinheiro, delegando tal tarefa ao marido. Por outro lado, esses mesmos homens diziam-se satisfeitos com a entrada salarial da esposa e administravam o dinheiro delas com naturalidade. (MEIRELLES, p.1, 2015)

O referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se em estudos que articulam a relação da independência feminina e a gestão financeira, adotando uma abordagem multidisciplinar, com ênfase nos campos da História Social, Antropologia, Sociologia e Administração. A primeira parte da análise ampara-se em autoras que investigam a construção histórica da relação das mulheres com o dinheiro e os fatores culturais que influenciam sua autonomia financeira. Entre as referências centrais, destaca-se Silvia Federici, filósofa feminista italiana, cuja obra discute a exploração do trabalho reprodutivo das mulheres e a relação entre capitalismo, patriarcado e controle sobre os corpos femininos. Mary Del Priore, historiadora brasileira, oferece importantes contribuições sobre a história das mulheres no Brasil, revelando como seus papéis foram moldados por estruturas familiares e normas sociais. Ana Maria Colling, pesquisadora da área de educação e gênero, reflete sobre a socialização feminina e os condicionamentos históricos impostos às mulheres. Débora Diniz, antropóloga e bioeticista, traz uma leitura contemporânea sobre os direitos das mulheres, com foco em sua autonomia e acesso a recursos. Já Miriam Goldenberg, antropóloga e professora, investiga os papéis sociais

atribuídos às mulheres e os conflitos vividos por elas nas relações familiares e profissionais. No desdobrar nesta etapa, iremos discutir o peso que a família exerce sobre elas confinando-a às responsabilidades domésticas, como o cuidado do lar, dos filhos, do marido e, muitas vezes, de outros parentes sob sua tutela. Essa dinâmica impõe uma sobrecarga de trabalho não remunerado, o que acentua sua vulnerabilidade financeira.

Em seguida, abordaremos as conquistas sociais alcançadas por meio de esforços incessantes, as quais foram fundamentais para aproximar as mulheres do universo financeiro. O direito ao voto ampliou sua cidadania e seus direitos no espaço público; a pílula anticoncepcional deu a elas controle sobre seu próprio corpo e decisões relacionadas à maternidade; e, por fim, a lei do divórcio possibilitou a escolha de permanecer ou não em um casamento. Essas conquistas trouxeram às mulheres um novo lugar na sociedade, antes inimaginável. De forma transversal, o dinheiro sempre esteve em pauta: o voto feminino possibilitou delas serem cidadãs e obter autorizações legais (como por exemplo, de abrir conta no banco e ter sua carteira de trabalho), a necessidade de custear a pílula anticoncepcional e a busca do próprio sustento, quando, ao se divorciarem, deixaram de contar com o provimento total do marido. Esse panorama demonstra e nos aproxima dos movimentos feministas, que desempenham um papel significativo nesses progressos. Contudo, o objetivo deste trabalho não é aprofundar-se na literatura feminista, mas dialogar com ela, contribuindo para uma compreensão específica do papel do dinheiro no empoderamento das mulheres.

Embora os discursos sobre independência financeira sejam amplamente disseminados, eles frequentemente reforçam estereótipos ao invés de questioná-los. Para uma análise crítica da posição das mulheres na sociedade brasileira, nos apoiaremos em Cecília Sardenberg, antropóloga e diretora do Núcleo de Estudos sobre a Mulher da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que coordena o Programa de Pesquisa sobre o Empoderamento das Mulheres.

A segunda parte deste estudo analisa o sistema capitalista a partir do papel do marketing nos estudos sobre comportamento do consumidor, com ênfase nas estratégias direcionadas para captar a atenção das mulheres e, conseqüentemente, maximizar os lucros empresariais. Para isso, abordaremos contribuições de Sociologia, Marketing e Psicologia do Consumidor. Destaca-se aqui a contribuição do sociólogo polonês Zygmunt Bauman, que caracteriza a sociedade contemporânea como uma "modernidade líquida." Sua noção de "vida enquanto mercadoria" ajuda a compreender a volatilidade das relações modernas, que ocorrem em um cenário de incertezas e superficialidade.

As antropólogas Mirian Goldenberg e Livia Barbosa também se fazem presentes neste capítulo: Goldenberg, com sua análise sobre as mulheres contemporâneas e o processo de envelhecimento, e Barbosa, com estudos profundos sobre a dinâmica do consumo na atualidade. Adicionalmente, o economista e especialista em marketing estratégico Philip Kotler é mencionado pelas suas contribuições transformadoras ao entendimento do mercado e das estratégias empresariais voltadas para o consumidor.

Esse fenômeno se desenvolve em uma sociedade de consumo impulsionada pelo sistema capitalista, no qual o dinheiro assume um papel central e determinante nas relações sociais. Na contemporaneidade, o domínio do mercado complexifica ainda mais a condução econômica das vidas individuais, uma vez que é este que define as regras. O capitalismo se estrutura no consumismo e na competitividade, modelando a organização social e fomentando, muitas vezes, comportamentos compulsivos (Gabriel et al., 2019). Enquanto antes os indivíduos estavam subordinados a normas familiares, atualmente eles encontram uma maior autonomia, ainda que acompanhada de uma pressão constante para se conformar aos padrões de consumo impostos por esse sistema (Fraser, 2016). Assim, o capitalismo atual não apenas reconfigura as relações de poder no seio familiar, mas também influencia expectativas e responsabilidades financeiras individuais.

A terceira e última parte propõe considera as contribuições dos campos da Administração Geral, Financeira e os Princípios da Governança, que atualmente são pautas relevantes dentro da agenda ESG (*Environmental, Social, and Governance* – Ambiental, Social e Governança), sendo a governança um de seus pilares fundamentais. Ressalta-se que o objetivo não é valorizar os modos operacionais das práticas empresariais nem fomentar o sistema capitalista financeiro atual, mas sim compreender esse mecanismo e suas implicações, de modo que as mulheres possam dialogar com o sistema atual e se fortalecer. Afinal, para que possam consolidar seu espaço e garantir sua independência, é fundamental que tenham controle sobre seus próprios recursos financeiros.

Os autores convencionais da administração serão os: Peter Drucker (2006) considerado o "pai da Administração Moderna"; Lawrence Gitman (2010), doutor em Administração de Empresas, com ênfase em finanças, pela *University of Florida*; e outros como Henry Mintzberg (2006) amplamente reconhecido por suas contribuições ao campo da administração e gestão; e Peter Senge (2021) é um acadêmico e autor americano conhecido principalmente por seu trabalho em teoria de sistemas e aprendizado organizacional. Ele é professor no MIT (*Massachusetts Institute of Technology*) e é um

dos fundadores do *Society for Organizational Learning (SoL)*. Como podemos reparar, todos homens, que nos “ensinam” as estratégias empresárias e a forma que se conduz as finanças. Porém, para contrapor essa visão e adequar a realidade das mulheres, a Minouche Safik será primordial. Ela é uma economista britânica de origem egípcia conhecida por suas contribuições em economia internacional, política monetária e desenvolvimento global. Shafik construiu uma carreira em algumas das principais instituições financeiras do mundo (Banco Mundial, Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID), Banco da Inglaterra, entre outros).

O fluxo financeiro tem como foco principal as receitas e as despesas, cujo resultado pode ser alocado em recursos estratégicos, como investimentos, a fim de viabilizar projetos futuros. Para estruturar a pesquisa, foram definidos três grandes tópicos: ganhos, gastos e guarda. Cada um desses núcleos permite explorar as diversas lacunas sociais que afetam as mulheres na atualidade. Elas frequentemente não recebem remuneração adequada, são incentivadas ao consumo e, como consequência, acabam se tornando financeiramente dependentes de terceiros, especialmente em momentos adversos ao longo da vida

Embora diversos estudos tratem de temas como ‘independência financeira’, ‘autonomia feminina’ e ‘empoderamento’, muitos deles tendem a enfatizar exclusivamente o esforço individual das mulheres, sem considerar de forma integrada os fatores estruturais e relacionais que também condicionam sua trajetória de autonomia. Esta pesquisa se propõe a ir além dessa perspectiva individualizante, ao destacar que a construção da independência feminina atrelado ao aspecto financeiro não ocorre isoladamente, mas é atravessada por múltiplos agentes e contextos sociais. Assim, um dos diferenciais deste estudo é evidenciar a importância de aliados cruciais nesse processo, tais como a rede de apoio, o engajamento masculino, as políticas públicas, as legislações, o setor empresarial, os recursos tecnológicos, a educação e a saúde. Diferente de abordagens que centralizam a mulher como única responsável por sua superação, esta pesquisa defende que as redes de apoio oferecem suporte emocional, orientação financeira e oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. Da mesma forma, políticas públicas eficazes e legislações inclusivas são indispensáveis para garantir direitos, ampliar acessos e criar um ambiente social favorável ao empoderamento. O engajamento masculino também é destacado como um aspecto pouco explorado por grande parte dos estudos tradicionais, mas fundamental para a desconstrução de estruturas

patriarcais. Além disso, o papel das empresas é revisto não apenas como espaços de trabalho, mas como agentes de transformação, capazes de implementar políticas de equidade. Os recursos tecnológicos, por sua vez, ampliam o acesso à informação, ferramentas de gestão e plataformas de educação financeira. A educação, com enfoque em competências gerenciais, empreendedorismo e investimentos, é tratada como ferramenta estratégica para a autonomia. Por fim, a saúde emocional e física é incorporada como um pilar essencial, ainda negligenciado por muitos autores, mas crucial para o fortalecimento da capacidade das mulheres como sujeitos decisórios. Ao explorar esses aliados, este trabalho amplia a abordagem da independência financeira feminina, propondo uma visão mais sistêmica e inclusiva, orientada não apenas à emancipação individual, mas também à construção de uma sociedade mais equitativa e corresponsável.

No desenvolvimento deste referencial teórico, foram utilizados não apenas os dados e perspectivas dos principais teóricos e pesquisadores sobre o tema, mas também fontes científicas confiáveis para fundamentar as discussões e garantir a robustez metodológica do trabalho. As bases de dados selecionadas – incluindo SciELO, PubMed, Google Scholar e Portal da Legislação – foram escolhidas por sua reputação na comunidade científica e por fornecerem acesso a pesquisas atualizadas e revisadas por pares, assegurando a qualidade das informações e o rigor científico necessário para o embasamento teórico desta pesquisa.

Acreditamos que, por meio do desenvolvimento dos temas abordados, poderemos confirmar a ideia de que a conexão entre a mulher e o dinheiro tem um papel decisivo na transformação de nossa organização social, mesmo do capitalismo. Enfim, aquela responsável pela escrita de sua história e protagonista de sua própria vida.

4 A MULHER E A FAMÍLIA

As mulheres no ambiente familiar são influenciadas por diversos fatores, como estereótipos, religiosidade, estruturas sociais, políticas e econômicas. Os registros históricos deixam claro que, por muito tempo, a submissão foi o papel reservado a elas na sociedade. Quando o assunto é a posse e o uso do dinheiro, essa realidade não é diferente. Queremos, neste capítulo, dedicar uma atenção especial às questões referentes a tal pauta, levantando reflexões do tipo: como pensar a relação da mulher com o dinheiro diante do patriarcado? Que fatos históricos se mostraram facilitadores na abertura de caminhos para que a mulher tivesse acesso ao gerenciamento financeiro? Qual é o contexto delas atualmente?

A família é considerada a base da sociedade, e para as mulheres, ela representa um espaço de atuação intensa, especialmente através dos cuidados com os seus e da manutenção do lar. Frederic (2021) observa que esse cuidado, motivado pelo amor, pode gerar efeitos negativos, confinando as mulheres a uma condição próxima à escravidão. De acordo com a autora, a ausência de remuneração por esse trabalho é uma das principais causas de sua exclusão do mercado de trabalho e de sua dependência financeira em relação aos homens, um traço que tem raízes históricas (Frederic, 2021, p. 35).

Para compreender esse processo, nesta etapa examinaremos o impacto da obrigação de cuidar, os marcos históricos significativos para a mudança social e, por fim, o contexto em que as mulheres se encontram atualmente em relação ao dinheiro. O objeto de estudo está relacionado a história das mulheres brasileiras e contaremos com a visão de pesquisadoras nacionais, entre historiadoras e antropólogas, como: Mary Del Priori, Ana Maria Colling, Mirian Goldenberg e Débora Diniz; e uma importante filósofa contemporânea, Silvia Frederic, que debruçam na linha histórico-cultural vivida pelas mulheres ao longo dos tempos. Nessa direção, esta pesquisa se restringe à abordagem dessas autoras focada na mulher e a sua relação com o dinheiro. Há pouca literatura ou pesquisa relacionada a tal corte pois, como iremos ver, o dinheiro sempre foi considerado assunto “masculino”. Acreditamos que esse debate pode nos ajudar junto ao objetivo desta pesquisa que, como já dito anteriormente, busca mostrar o quanto o gerenciamento financeiro, especialmente ao que tange à maneira como ganha, gasta e guarda o seu próprio dinheiro.

4.1 A OBRIGAÇÃO DE CUIDAR

O trabalho doméstico, historicamente atribuído às mulheres, carrega uma herança cultural que reforça a desigualdade de gênero. Segundo Federici, essa questão está no centro das análises sobre a 'questão das mulheres', sendo um fator que historicamente as coloca em desvantagem. O trabalho doméstico vai além do cuidado com a casa; trata-se de um serviço que envolve a disponibilidade física, emocional e sexual das mulheres (Federici, 2021, p. 28). Além disso, inclui o cuidado com as crianças e a responsabilidade de 'garantir que elas também atuem da maneira que o capitalismo espera delas' (Federici, 2021, p. 29). A desigualdade na distribuição do trabalho de cuidado não remunerado constitui um dos maiores obstáculos para a plena independência das mulheres. Pesquisas recentes demonstram que as mulheres ainda assumem, de forma desproporcional, a responsabilidade pelos cuidados familiares e de pessoas dependentes, o que impacta suas oportunidades de trabalho, seu bem-estar econômico e sua saúde mental.

De acordo com o *Journal of Family and Economic Issues* (2023), [Jornal de Família e Questões Econômicas] as mulheres realizam mais de 76% do trabalho de cuidado não remunerado ao redor do mundo, gerando uma contribuição econômica avaliada em trilhões de dólares. No entanto, esse trabalho não é reconhecido ou valorizado de forma equivalente no mercado, resultando em sobrecarga emocional e física para as cuidadoras.

Claudia Goldin (2023), economista premiada com o Nobel de Ciências Econômicas, analisa em seu livro *Career and Family: Women's Century-Long Journey toward Equity* [Carreira e família: a jornada centenária das mulheres em direção à equidade] (2021) ela explora os desafios enfrentados para equilibrar carreira e vida familiar. Segundo Goldin (2023), apesar do aumento das oportunidades, a combinação de trabalho e responsabilidades familiares continua a ser um desafio. Ela aponta que a chave para a equidade de gênero no trabalho é garantir maior flexibilidade nas carreiras e ambientes de trabalho, permitindo que as mulheres conciliem melhor suas responsabilidades de cuidado e suas ambições profissionais. A contínua falta de suporte institucional para cuidados infantis e licenças parentais afeta desproporcionalmente as mulheres, impedindo o pleno alcance da igualdade de gênero. Isso mostra o quanto a carga do cuidado está presente para as mulheres e distanciando-as do dinheiro. Esses

desafios reforçam a renúncia à independência feminina e a sua aproximação com o dinheiro, perpetuando a dependência histórica de serem dirigidas e orientadas por homens, que tradicionalmente atuavam como provedores e tutores, uma herança profundamente enraizada na cultura e história.

Havia um ideal da esposa, no início do século, definida como “a que não criticava, que evitava comentários desfavoráveis, a que se vestisse sobriamente, a que se limitava passeios quando o marido estivesse ausente, a que não fosse muito vaidosa (...), porém era fundamental a boa aparência” além disso era proibido discutir por e sobre dinheiro (Del Priore, 2013, p. 69). Aquelas que se preocupavam com essas questões eram ou estavam na margem da sociedade. As casadas seguiam regras determinadas pela Igreja e pelo Estado, como estipulado no Estatuto das Mulheres Casadas de 1962¹⁰. Antes desse Estatuto, elas eram classificadas como incapazes pelo Código Civil de 1916. O espaço reservado às elas era restrito às tarefas domésticas e cuidados familiares, sobretudo aos maridos e filhos. Nessa época, a Igreja Católica era norteadora para muitas e reforçava a pureza feminina através da figura da Virgem Maria, promovendo a ideia de que, para elas, falar de dinheiro era um pecado e associado a algo sujo (Idem, 2013).

Uma mulher "de respeito" não se envolvia em assuntos financeiros ou políticos, porém Del Priori (2013) conta quando necessários, por conta da ausência do marido, elas eram responsáveis por gerir o patrimônio e recursos da família. Elas faziam com muito empenho e com resultados promissores para o núcleo familiar. Porém, ao retorno dos maridos, elas eram menosprezadas e tinham que entregar todos seus feitos. Sob a ótica machista e patriarcal predominante, eram submetidas a um controle constante e desconsideradas em sua capacidade de sustento.

Os espaços públicos começaram a ampliar para elas quando tiveram acesso às informações e estudos, isso ocorreu na virada do século XX. Entretanto, a sociedade tinha receio daquelas que demonstravam inteligência, considerando-as perigosas, uma vez que supostamente não se encaixavam no ideal de feminilidade ligado ao altruísmo, à abnegação e à paciência associadas à maternidade (Del Priore, 2013, p. 66).

¹⁰ O Estatuto da Mulher Casada, instituído pela Lei nº 4.121 de 1962, representou um marco na legislação brasileira ao modificar o Código Civil de 1916 e conferir às mulheres casadas maior autonomia civil. Até então, eram consideradas relativamente incapazes e subordinadas legalmente aos maridos, necessitando de sua autorização para trabalhar, movimentar bens ou tomar decisões familiares. Com o estatuto, a mulher passou a ter direito de exercer atividade profissional sem depender do cônjuge, compartilhar a administração dos bens do casal e participar ativamente das decisões conjugais, avançando no reconhecimento da igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Durante a Primeira e Segunda Guerra Mundial, as mulheres ingressaram em massa no mercado de trabalho, especialmente em fábricas, onde enfrentavam condições adversas, incluindo baixos salários, assédio sexual e ambientes insalubres (Del Priore, 2020, p. 132). A falta de legislação trabalhista até a década de 1930 exacerbava essas condições, e as mulheres eram frequentemente multadas ou punidas por pequenas infrações. Os ambientes de trabalho também contribuía para o aprisionamento das mulheres em relação ao dinheiro, mantendo uma dependência financeira, mesmo quando elas conseguiam obter sua própria renda. Naquela época, os superiores, em sua maioria homens, reproduziam no ambiente profissional as mesmas dinâmicas do ambiente familiar.

Indignadas e agora mais informadas, as operárias se organizaram em movimentos que culminaram em greves e protestos, reivindicando melhores salários e condições de trabalho.

Como praticamente não existiu legislação trabalhista até a década de 1930, o que imperava à época eram os regulamentos internos para controlar a produção e resolver possíveis questões e conflitos. Muito rígidos, estabeleciam total disciplina e impunham multas e castigos físicos a pequenas falhas ou atos julgados condenáveis cometidos no interior do espaço fabril. Os horários e o ritmo de trabalho eram duramente supervisionados, e às vezes erros ligeiros ou gestos sem importância implicavam penas que diminuía ainda mais o ganho. Conversar, ler ou usar tamancos geravam multas de um a cinco meses de trabalho. (...) Haviam trabalhadoras que chegavam a receber no fim do mês apenas dois terços do salário”. (Decca *apud* Del Priore, 2020, p.132)

Dentro de casa, sem remuneração e sobrecarregadas de tarefas, Cristina Bruschini (1994) destaca que, por décadas, o papel de dona de casa era considerado como 'inatividade econômica'. O trabalho fora de casa proporcionava às mulheres algum reconhecimento social, embora ainda fosse subestimado. Para muitas delas, o dinheiro não estava diretamente associado ao trabalho, mas era fundamental para a vida em sociedade. As mulheres encontravam maneiras de lidar com o dinheiro de acordo com suas circunstâncias, seja como costureiras, professoras ou em outras atividades menos valorizadas.

Das mulheres brancas, negras e pardas, cada grupo carrega particularidades em sua relação com o dinheiro ao longo da história. As mulheres de classe abastada, segundo a historiadora, tiveram maior acesso a recursos e oportunidades, embora frequentemente

limitadas ao papel de administradoras do lar. Já as mulheres negras e pardas, historicamente marginalizadas, enfrentaram desafios ainda maiores, marcados pela desigualdade de acesso à educação, ao mercado de trabalho e à autonomia financeira.

Elas eram treinadas para desempenhar o papel de mães e exercer as prendas domésticas. As menos afortunadas, viúvas ou membros da elite empobrecidas, faziam doces por encomendas, arranjos de flores, bordados a crivo e davam aulas de piano e solfejo, ajudando, assim, na criação e na educação das crianças. Tais atividades não eram valorizadas e não eram bem-vistas socialmente. (...) Na época, era comum a ideia de que a mulher não precisava, e não deveria, ganhar dinheiro. (Del Priore, 2020, p.66)

Tudo isso contribuía para o preconceito arraigado contra a ideia de as mulheres construírem seu próprio sustento e valorizarem atividades tradicionalmente consideradas femininas como menos importantes e indignas de retribuição. Del Priore (2020) complementa:

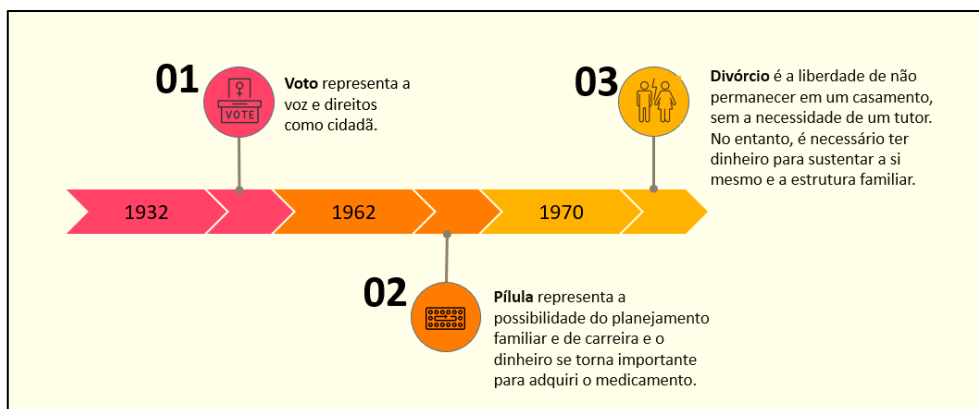
As pobres não tinham escolhas senão garantir o próprio sustento. Eram, pois costureiras e rendeiras, lavadeiras, fiadeiras ou roceiras – estas últimas, na enxada, ao lado de irmãos, pais ou companheiros, faziam todo trabalho considerado masculinos (...). As escravas trabalhavam principalmente na roça, e também foram usadas pelos senhores como tecelãs, rendeiras, carpinteiras, amas de leites, pajens, cozinheiras, costureiras, engomadeiras e mão de obra para todo e qualquer serviço doméstico. (Del Priore, 2020, p.67)

O estigma em torno do trabalho feminino, especialmente o doméstico, continua a ser uma barreira para a valorização das contribuições das mulheres na sociedade. No entanto, os marcos históricos graças ao trabalho incansável de feministas permitiram avanços significativos, proporcionando às mulheres uma participação cada vez mais visível e respeitada na sociedade. Tais conquistas, embora ainda longe de serem o suficiente, representam passos decisivos da participação feminina nos rumos da realidade como um todo.

4.2 AS CONQUISTAS SOCIAIS

Para desafiar as restrições políticas, econômicas e sociais, destacam-se três principais marcos históricos que impactaram a relação delas com o dinheiro. Primeiro foi a promulgação do voto feminino em 1932, que marcou o início de uma mudança importante, deixando de considerá-las invisíveis e concedendo-lhes o *status* de cidadãs. Segundo marco foi a entrada da pílula anticoncepcional no Brasil em 1962, que proporcionou o controle sobre os corpos femininos, permitindo-lhes planejar suas famílias e carreiras. Por último, a aprovação da lei do divórcio em 1970 possibilitou-lhes que tomassem a decisão de desfazerem os casamentos indesejados, e o impacto foi a necessidade de elas terem sua própria fonte de sustento. A Figura 2 ilustra, de forma resumida, as três principais conquistas sociais.

Figura 2 - Os Três Principais Marcos Históricos



Fonte: autoria própria

4.2.1 Voto Feminino

A capacidade das mulheres é posta à prova de muitas formas. A desconfiança exalta a necessidade do tutor e reforça que é o pai ou o marido sendo o detentor da verdade e do conhecimento. Colling (2021) reforça que “a incapacidade civil e política da mulher é uma constante nas diversas codificações, argumento reiterado para não considerá-las

como um indivíduo” (Idem, 2021, p. 74). Todo o discurso circula para manter na função predestinada como descrito “nos manuais de comportamento que estabelecem uma ordem social” (Idem, 2021, p. 74) onde a maternidade está associada a natureza feminina consequentemente afastando-as do mundo público. Desta forma, “a construção das mulheres como não cidadãs, não capazes de atuar na cidade, no mundo público e político, é acompanhada pela construção de boas esposas e mães de cidadãos” (idem, 2021, p. 104). Para mudar esse jogo, foi o movimento das sufragistas¹¹ que preconizou “o desejo de poder decidir sobre a proposição de leis. Enquanto não pudessem votar, as leis seriam definidas sem elas, muitas vezes, contra elas, sem que nada pudessem fazer” (Wolff, Neckel e Pedro, 2023, p. 81).

O reconhecimento do direito ao voto deu voz às mulheres e as inseriram no ambiente político, questionando um sistema dominado por homens que não reconheciam a existência e os direitos do gênero feminino. Embora o dinheiro diretamente não tenha sido o foco inicial este marco que abriu caminho para elas serem vistas. Bertha Lutz desempenhou um papel crucial nesse processo que “representou o Brasil no exterior em diversas ocasiões e foi por insistência dela que, em 1945, a Carta das Nações Unidas, o documento fundador da ONU, incluía a igualdade de gênero” (Souza e Cararo, 2022, p. 71). Esse momento foi o primeiro passo de muitos como a inclusão delas nas instituições de ensino, promovendo novas oportunidades profissionais e intelectuais; a liberação da escravização da mulher na família, especialmente nas classes médias; o Estatuto da Mulher Casada de 1962, que revogou a classificação de incapacidade civil das mulheres casadas, conferindo-lhes direitos e uma “certa” autonomia; e por fim, a Constituição de 1988, que consolidou diversos direitos das mulheres, promovendo a igualdade de gênero de forma abrangente (Colling, 2021).

Em 1997, Marta Suplicy, uma das poucas mulheres presentes no plenário naquela época, argumentou, durante debates no parlamento, sobre as desvantagens enfrentadas pelas mulheres, destacando a falta de oportunidades de trabalho e a baixa capacidade de acesso ao crédito financeiro e à poupança (Wolff, Neckel e Pedro, 2023).

¹¹ O movimento sufragista foi um movimento social e político que lutou pelo direito de voto das mulheres, com destaque para os séculos XIX e XX. Esse movimento teve início em diversos países ocidentais e buscou garantir às mulheres o direito de participação política, um direito que até então era restrito aos homens. A principal reivindicação das sufragistas era a igualdade de direitos eleitorais, e as mulheres que participaram desse movimento enfrentaram forte resistência da sociedade e das autoridades. O movimento ganhou força em países como o Reino Unido, os Estados Unidos e o Brasil, sendo considerado um marco na luta pelos direitos das mulheres e um passo importante para a conquista da igualdade de gênero na política (Del Priori, 2013; Souza e Cararo, 2022; Colling, 2014).

Suplicy complementou sua argumentação com as restrições adicionais, como a responsabilidade pelo cuidado do lar e dos filhos, bem como a falta de acesso adequado a serviços de creche, especialmente nos finais de semana (Busnello e Pedro, 2022). Essas disparidades financeiras impactam diretamente a participação política das mulheres e outras profissões que recebem salários inferiores. Esses desafios refletem a persistência das desigualdades de gênero em diversos aspectos da sociedade, incluindo a esfera política.

A Tabela 1 apresenta as últimas estatísticas, que mostram um aumento da presença feminina na política brasileira, com um número recorde de mulheres ocupando cadeiras no Congresso Nacional. No entanto, esse progresso ainda é modesto. Dados da Agência do Senado, publicados em 2022, revelam que entre os anos de 2014 e 2020, a representação feminina na política avançou de maneira insatisfatória. A proporção de candidaturas femininas não ultrapassou 34%, e o número de mulheres eleitas nas eleições de 2012, 2016 e 2020 permaneceu abaixo de 12%. É importante destacar que a Emenda Constitucional (EC) nº 97/2017¹² estabeleceu a obrigação de os partidos indicarem, no mínimo, 30% de mulheres filiadas para concorrer nas eleições. Essa medida, embora essencial, ainda não foi suficiente para garantir uma representação equitativa, evidenciando a necessidade de um esforço contínuo na promoção da igualdade de gênero na política.

Tabela 1 - Participação feminina no Congresso Nacional e nas Assembleias

Candidaturas femininas nas eleições			Prefeitas eleitas nas últimas eleições municipais		
	Mulheres	Homens		Mulheres	Homens
2014	31,05%	68,95%	2012	11,80%	88,20%
2016	31,89%	68,11%	2016	11,60%	88,40%
2018	31,65%	68,35%	2020	12,20%	87,80%
2020	33,54%	66,41%			

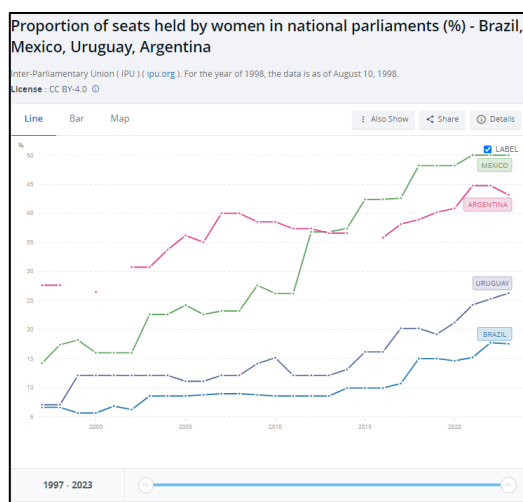
Fonte: Agência Senado (2020)

Adicionalmente, segundo dados de 2023 do site do Banco Mundial, como demonstrado na Figura 3, a proporção de assentos ocupados por mulheres nos parlamentos brasileiros é baixa e, nos últimos anos, apresentou uma leve queda. Em

¹² Cota de 30% das mulheres nas no eleições por cada partido. Disponível em <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Marco/cota-de-30-para-mulheres-nas-eleicoes-proporcionais-devera-ser-cumprida-por-cada-partido-em-2020>. Acesso em: 18 Jul. 2024.

contraste, no México, as mulheres ocupam 50% dos assentos parlamentares, enquanto no Brasil essa proporção é de apenas 18%. Já na Argentina, a proporção é de 43%, e no Uruguai, 26%, colocando o Brasil em uma posição bem aquém de outros países.

Figura 3 - Proporção de Assentos Ocupados por Mulheres nos Parlamentos (%)



Fonte: Banco Mundial (2024).

Uma das ações para ajudar e incentivar as mulheres a participarem do ambiente político notoriamente hostil, foi um Guia Programático desenvolvido pela ONU Mulheres¹³ (2021) em parceria com a PNUD tendo como tema central a prevenção de violência durante as eleições. Este guia busca harmonizar e concentrar esforços para mitigar e prevenir a violência, oferecendo orientações claras e estratégias eficazes para garantir a segurança e a participação plena das mulheres no processo eleitoral.

Portanto, as mulheres deram um passo importante com a conquista do voto, resultado de sua insatisfação com o espaço limitado de seus afazeres domésticos e a submissão em ambientes familiares e de trabalho. A busca pela ampliação de seus direitos civis as coloca em uma posição de igualdade, implicando a necessidade de assumir uma postura ativa na esfera política.

¹³ Fonte: Prevenir a Violência contra as Mulheres durante as Eleições. Um Guia Programático. 2021. Disponível em https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Guia-VCME_web.pdf Acesso em: 15 Out 2024.

4.2.2 Pílula Anticoncepcional

As conquistas sociais das mulheres abrangem diversas vertentes, incluindo a apropriação do próprio corpo, que até então era considerado propriedade do marido (Colling, 2021, p. 186). Era difícil dissociar a sexualidade da maternidade, e a função primária da mulher estava centrada na reprodução. Não havia autonomia para decidir sobre o melhor momento para engravidar ou o número de filhos a ter. A maternidade, para elas, representava um estado de poder, pois era uma forma de adentrar na vida adulta. Esse era o único momento que lhes permitia romper com a dependência do homem, que ficava excluído do processo de gestação (Del Priore, 2013, p. 113).

Neste período, a economia e a sociedade brasileiras tornavam-se mais complexas com a expansão das relações capitalistas, influenciadas pelo capital estrangeiro (Santana e Waisse, 2016). Em 1962, o surgimento do medicamento não apenas possibilitou uma revisão dos padrões de comportamento impostos às mulheres, mas também favoreceu interesses econômicos, impulsionando a abertura de entradas para empresas farmacêuticas no mercado. Para isso, os poderes políticos utilizavam as mídias para promover o ideal de família com apenas dois filhos (Pedro, 2003), corroborando os novos desejos das gerações mais jovens, que não desejavam ter tantos filhos como a geração anterior. Em 1968, conforme apontado por Joana Maria Pedro, a religião não conseguia mais combater os métodos contraceptivos entre mulheres letradas de classe média, rompendo assim com a obrigatoriedade da maternidade (Idem, 2003, p. 250). A evitação de gravidezes e os métodos abortivos já circulavam na sociedade, porém, promessa da pílula de interromper a ovulação representou uma revolução nas dinâmicas familiares.

Del Priore (2020) confirma que o surgimento da pílula tornou a mulher mais livre para viver uma vida sexual plena, podendo concluir seus estudos ou participar do mercado de trabalho sem ser interrompida por uma gravidez essa libertação era vigiada. Goldenberg (2011), reforça que a revolução sobre o corpo as “liberou” de papéis tradicionais de mãe e esposa e novas formas de ser mulher” (Goldenberg, 2011, p.78).

As críticas sobre a pílula estavam por todos os lados. No Brasil, não havia um consenso ou uma posição fechada com relação à aceitação ou não sobre a pílula, mas fato era que os questionamentos e os impactos estavam ligados diretamente ao estilo de vida das famílias. Como reforçam Santana e Waisse (2016):

Convém observar que, enquanto por um lado, o discurso inicial – controlar os nascimentos para evitar a explosão demográfica e o subdesenvolvimento – permanecesse, a partir do meado de 1964, um novo discurso entrou em cena ‘casal consciente adota contraceptivo’, que, com o tempo, passaria a predominar sobre o anterior. Enquanto que o primeiro apontava às classes mais desfavorecidas, o segundo definia um fenômeno de classe média, em parte devido a motivos econômicos. (Santana e Waisse, 2016, p. 208)

Sendo os primórdios do planejamento familiar proporcionando a discussão do número de filhos ideal para o seu custo de vida, a pílula “representava um estímulo ao bem-estar do casal, tanto sexual quanto financeiro” (Idem, 2016, p. 213). Na época o custo da cartela da pílula anticoncepcional era muito caro (Pedro, 2003) e Santana e Waise (2016) detalham, em 1962, que:

o preço da cartela para um mês de uso era cerca de Cr\$ 1.500,00 cruzeiros (o preço da revista era de Cr\$ 0,80 e o salário mínimo, Cr\$ 13.440,00). Três anos mais tarde, o número de usuárias havia aumentado para 230.000, sendo o custo da cartela de aproximadamente Cr\$ 4.000,00 (salário mínimo: Cr\$ 42.000,00). (Santana e Waisse, 2016, p. 208)

Em comparação com os dias atuais, a pílula anticoncepcional tornou-se mais acessível, especialmente em relação ao salário mínimo de R\$ 1.412,00¹⁴ (Brasil, 2023), conforme a base de 2024. Além disso, os postos de saúde oferecem pílulas gratuitas¹⁵ por meio de programas governamentais¹⁶, bem como outros métodos contraceptivos, como preservativos. Na Tabela 2, o levantamento dos medicamentos mostra as diversas marcas e faixas de preço, variando de opções das mais acessíveis, como o 'Ciclo 21', que custa cerca de R\$ 7,89, a opções mais caras, como o 'Yasmin', com um valor de R\$ 225,75 que impactam diretamente os gastos das mulheres mensalmente no seu orçamento.

¹⁴ Fonte: Salário Mínimo de 2024. Disponível em <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/12/salario-minimo-de-2024-tera-ganho-real-e-crescera-3pp-alem-dos-3-85-da-inflacao> Acesso em: 15 Out 2024.

¹⁵ De acordo com a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, o Sistema Único de Saúde (SUS) disponibiliza alguns contraceptivos gratuitos à população.

¹⁶ Principais ações em saúde para prevenção da gravidez. 2020. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/noticias/2020/fevereiro/principais-acoes-em-saude-para-prevencao-da-gravidez-na-adolescencia> Acesso em: 15 Out 2024. Outras fontes de informações pelo site Green. Me. Brasil é um site de informação sobre meio ambiente e saúde, criado para levar ao grande público, a consciência de que um mundo melhor é possível, através de um comportamento respeitoso com todas as formas de vida. Disponível em <https://www.greenme.com.br/viver/saude-e-bem-estar/68389-conheca-os-contraceptivos-dados-gratuitamente-pelo-sus/> Acesso em: 15 Out 2024.

Tabela 2 - Preço da pílula anticoncepcional em território nacional

Produto	Preço (R\$)
Qlaira 28 Comprimidos Revestidos	59,39
Drospirenona + Etinilestradiol 3mg+0,03mg 21 Comprimidos Revestidos - EMS	17,09
Desogestrel 0,075mg 28 Comprimidos Revestidos - Sandoz	11,69
Slinda Com 72+12 Comprimidos Revestidos 4mg	199,01
Yasmin Com 3 Blisteres De 21+7 Comprimidos Revestidos	225,72
Qlaira Com 28 Comprimidos Revestidos	54,68
Drospirenona + Etinilestradiol 3mg + 0,02mg Ems Com 24 Comprimidos	30,94
Ciclo 21 Com 21 Comprimidos	7,89

Fonte: Pesquisa de preços elaborada pelo autor em 06 out. 2024, com base em dados obtidos nos sites das farmácias Drogaria Pacheco, Droga Raia e Drogasmil.

O impacto da entrada desses medicamentos está no Relatório Fatos e Números do Observatório Nacional da Família, do Ministério da Mulher, Da Família e dos Direitos Humanos (2021) que informa sobre a taxa de fecundidade no Brasil diminuiu de 6,28 para 1,87 em 50 anos (1960 a 2010). Em 2030, deve ser alcançado o patamar de 1,5, que permanecerá estável até 2050; e outro dado importante é que mulheres com mais de 8 anos de estudos têm, em média, metade do número de filhos das que têm até 3 anos de estudo.

É importante também frisar a história da laqueadura tubária no Brasil que está profundamente entrelaçada com questões de gênero, classe e raça, evidenciando o controle institucional sobre os corpos das mulheres, especialmente das mais pobres. Durante as décadas de 1970 e 1980, o procedimento foi amplamente utilizado como ferramenta de controle populacional, muitas vezes sem o devido consentimento ou informação, configurando casos de esterilização forçada. Essa realidade levou à promulgação da Lei nº 9.263/1996, que regulamentou o planejamento familiar, garantindo a esterilização voluntária, porém com critérios restritivos, como idade mínima de 25 anos ou dois filhos vivos e um período de reflexão de 60 dias. Ainda assim, conforme argumenta Souza (2006), tais exigências acabaram por restringir o acesso de muitas mulheres em situação de vulnerabilidade, reafirmando desigualdades sociais.

Somente com a Lei nº 14.443/2022 foi permitido o procedimento durante o parto, desde que com consentimento prévio, representando um avanço na garantia da autonomia reprodutiva feminina.

Além disso, a legalização do aborto é uma pauta que já foi discutida no Brasil e em outros países, reivindicando de forma contundente que o corpo é da mulher e não do Estado. Segundo um artigo da *Human Rights Watch [Vigilância dos Direitos Humanos]* (2024), escrito por Hillary Margolis, países como França e Espanha se destacaram em relação aos direitos ao aborto. Em março de 2024, o parlamento francês votou para consagrar os direitos ao aborto na constituição, um passo histórico para proteger os direitos reprodutivos diante de desafios globais. A Espanha, por sua vez, mantém leis progressivas, garantindo o acesso a procedimentos de aborto seguros e legais. No Brasil, a antropóloga e ativista Débora Diniz dedica-se a pesquisas relacionadas ao aborto, que é proibido, exceto em três circunstâncias: gravidez resultante de estupro, risco de vida para a mulher e casos de anencefalia fetal, em que não há desenvolvimento cerebral do feto. Considerado crime pelo Código Penal de 1941, Diniz (2024) argumenta que esse tema deve ser tratado como questão de saúde pública e que os discursos conservadores e misóginos têm um impacto significativo no cenário político, influenciando diretamente as políticas de saúde reprodutiva. No livro *Gravidez Indesejada* (2024), que apresenta o mais extenso estudo americano sobre as consequências de ter ou não acesso ao aborto, Débora Diniz destaca que o impacto financeiro pode ser um fator crucial na decisão das mulheres, reforçando a complexidade da escolha em torno do aborto.

Quando procura um aborto, a mulher sabe o que está fazendo. Ela pensou, ponderou, já conheceu outras mulheres e histórias. A razão mais comum é de ordem econômica, mas isso não significa que sejam apenas as mulheres pobres a fazerem referência à economia da sobrevivência. Elas se referem aos filhos que já têm, aos planos para o futuro. A decisão de uma mulher pelo aborto é também uma decisão sobre como ser uma boa mãe para os filhos que já nasceram. (DINIZ, 2024, p.134: posição Kindle)

Em 2023, iniciou-se a votação sobre descriminalização do aborto. A ex-ministra do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber, tratou de temas como direitos das mulheres, discriminação de gênero e defendeu uma mudança de foco no tratamento dos direitos reprodutivos femininos e reforçou que o direito da decisão é delas.

É hora de colocar a mulher “como sujeito e titular de direito”, e não como uma cidadã de segunda classe, que não pode se expressar sobre sua liberdade e autonomia. Não tivemos como participar ativamente da deliberação sobre questão que nos é particular, que diz respeito ao fato comum da vida reprodutiva da mulher, mais que isso, que fala sobre o aspecto nuclear da conformação da sua autodeterminação, que é o projeto da maternidade e sua conciliação com todos as outras dimensões do projeto de vida digna. (Portal do stf, arguição de descumprimento de preceito fundamental, adpf 442, relator: min. Rosa Weber, 2023)

A ministra foi a única dos 11 integrantes a votar, sendo o último ano de sua atuação na corte, para então, seguir com a sua aposentadoria e, em seguida, sendo substituída por Flavio Dino, restando apenas a Ministra Carmem Lúcia no Supremo Tribunal Federal como uma representação feminina. Essa votação foi interrompida pelo ministro Luiz Roberto Barroso e, até o momento dessa pesquisa, não houve grandes evoluções.

O *World Economic Forum* (2022)¹⁷ discute a relação entre o acesso ao aborto e a liberdade econômica das mulheres em *What is the relationship between abortion access and women's economic freedom?* [Qual é a relação entre o acesso ao aborto e a liberdade econômica das mulheres?] por Caitlin Knowles Myers professora de Economia da Middlebury College e Morgan Welch Assistente de Pesquisa Sênior e Coordenadora de Projetos, Centro sobre Crianças e Famílias, Estudos Econômicos, *Brookings Institution*. Esta pesquisa demonstra que o acesso ao aborto afeta, de fato, profundamente a vida das mulheres ao determinar se, quando e sob que circunstâncias elas se tornam mães, resultados que então reverberam por suas vidas, afetando padrões de casamento, realização educacional, participação na força de trabalho e ganhos.

Além disso, pesquisas mostram que o acesso ao aborto não só teve efeitos profundos na vida econômica e social das mulheres, mas também impactou as circunstâncias em que as crianças nascem. Pesquisadores usando modelos de pesquisa de diferença em diferenças descobriram que a legalização do aborto reduziu o número de crianças indesejadas (Bitler e Zavodny, 2002a), reduziu casos de negligência e abuso infantil (Bitler e Zavodny, 2002b; 2004), reduziu o número de crianças que viviam na pobreza (Gruber, Levine e Staiger, 1999) e melhorou os

¹⁷ *What is the relationship between abortion access and women's economic freedom?* (2022) Disponível em <https://www.weforum.org/agenda/2022/05/what-can-economic-research-tell-us-about-the-effect-of-abortion-access-on-womens-lives/> Acesso em: 15 Out 2024.

resultados de longo prazo de uma geração inteira de crianças ao aumentar a probabilidade de frequentar a faculdade e reduzir a probabilidade de viver na pobreza e receber assistência pública. (Ananat, Gruber, Levine e Staiger, 2009)

Além disso o documento aponta que:

Após o nascimento de um filho, está bem documentado que as mães trabalhadoras enfrentam uma "penalidade salarial de maternidade", que acarreta salários mais baixos do que as mulheres que não tiveram filhos. (Waldfoegel, 1998; Anderson, Binder e Krause, 2002; Kelven et al., 2019)

A disponibilidade de métodos contraceptivos permitiu que as mulheres ganhassem controle sobre seus corpos e tomassem decisões autônomas sobre a maternidade, rompendo com um papel tradicional que as limitava, embora ainda existam muitas brechas a serem fechadas. A necessidade de adquirir esses medicamentos foi uma das formas que elas encontraram para se aproximar do dinheiro. Muitas preferiam custear esse valor a enfrentar o impacto de ter mais um filho em um momento tão incerto economicamente no Brasil. No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer para que possam se apropriar plenamente de seus corpos e desejos.

4.2.3 Lei do Divórcio

Antes dos anos 70, a mulher que se divorciava era considerada socialmente estigmatizada e frequentemente vista como uma transgressora das normas tradicionais de família. A predominância era conservadora, a estrutura social, onde as mulheres se viam compelidas a se casar e ter filhos como sendo o objetivo principal de suas vidas. Com a evolução da sociedade e a transformação do papel feminino, caso a convivência se tornasse insustentável, era possível solicitar o 'desquite', que encerrava os deveres conjugais. Segundo Del Priore (2020), o patriarcado na instituição matrimonial foi marcado por muitos séculos na vida em sociedade e moldou as relações de gênero, e perpetuando uma dinâmica de subordinação que impactou suas oportunidades e direitos.

Não por uma norma heterossexual vigente, mas por certo contrato entre homens: pais davam as filhas em casamento em troca de compensações financeiras ou alianças políticas, e, ao se submeter

ao ato sexual, marido e mulher sabiam se curvar às mesmas obrigações. A mulher era submissa ao poder do homem. Com a emergência de movimentos feministas, porém, assistiu-se ao começo do fim dessa ordem patriarcal, assim da moral que a acompanhava. (Del Priore, 2020, p.9)

Uma das formas de romper com os padrões foi a aprovação da Lei do Divórcio (6.515/1977). Essa legislação trouxe consigo a possibilidade de as mulheres obterem o direito de se divorciar, libertando-as de casamentos infelizes e possibilitando que pudessem se casar novamente, se assim desejassem. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2022, em comparação 2021, o número de divórcio aumentou de 8,6%, sendo maior desde 2007. A média de idade das mulheres é de 41 anos terminando em média com menos de 10 anos de casamento. Os dados ainda mostram que 54,2% dos divórcios foram entre casais com filhos menores.

No artigo *Changes in women's financial well-being post-divorce: the role of labor market participation* [Mudanças no bem-estar financeiro das mulheres pós-divórcio: o papel da participação no mercado de trabalho]. *Journal of Family and Economic Issues* [Jornal de Família e Questões Econômicas] (2023) demonstra impacto econômico de curto prazo da ruptura conjugal e constata que mulheres se saem pior do que os homens no bem-estar econômico pós-dissolução e nas mudanças no status econômico. As terapeutas de Família, Mc Goldrick e Carter (2011), relata que o padrão de vida reduz em até 30%, tornando-as mais vulneráveis à pobreza. Para manter uma vida separada do marido (cuja função principal é prover para a família), ela precisaria de uma renda que cobriria todos os aspectos relacionados à moradia, alimentação, transporte, saúde e outras necessidades do cotidiano de uma vida familiar, independentemente do estado civil. Após o divórcio, ela seria responsável por se sustentar e prover para a família, além de cuidar da casa, dos filhos e das tarefas domésticas.

Há quem queira se manter num padrão de vida e permanecer num casamento para não haver a divisão dos patrimônios: o material e o simbólico. O patrimônio simbólico referente à representação da família tradicional prevalecia na década de 70.

Sobre essa época, (...) Rosa Marie Muraro (...), criticou: a brasileira andava em dois ritmos, sendo um mais acelerado nas grandes cidades. O problema era o padrão de dupla moral, que não havia mudado. (...) Depois, sua posição confortável de dona de casa, com o sustento garantido, e de rainha do lar levam-na a fazer vista grossa aos ‘pulos de cerca do marido, em vez de exigir um diálogo franco e profundo. (Del Priore, 2020, p. 203)

O casamento acontece por livre vontade e continua em alta os dias de hoje. Segundo os dados das Estatísticas do Registro Civil¹⁸ (2022) houve um aumento 4% nos últimos anos, ou seja, o Brasil registrou 970.041 casamentos (2022); 932.502 (2021). Esses dados apontam que os brasileiros estão casando-se mais velhos na comparação com os últimos dez anos. Em 2010, a idade média ao casar-se dos cônjuges solteiros de sexos opostos foi de 29,2 anos para os homens e de 26,5 anos para as mulheres. Em 2022, a idade dos homens passou para 31,5 anos e das mulheres para 29,1 anos. Em contra partida do casamento, os dados revelam ainda que o número de pessoas que se casam mais de uma vez mais que dobrou em 20 anos. Enquanto em 2002 apenas 12,8% dos cônjuges eram divorciados ou viúvos, em 2022 o número chega a 30,4%. Nos casamentos em que um dos cônjuges é divorciado ou viúvo a idade média da mulher é de 40,9 anos e do homem é de 45 anos.

De acordo com a Agência Senado (2007), o casamento é definido como “uma forma de sociedade, dirigida pelo marido e pela mulher, sempre no interesse do casal e dos filhos.” A Agência também destaca que, no que diz respeito às finanças, “o casal é obrigado, cada um na proporção de seus bens e da sua renda, a sustentar a família e educar os filhos, independentemente do regime de bens do casamento”. Esse entendimento traz à tona a responsabilidade compartilhada tanto nas tarefas domésticas quanto no trabalho remunerado para homens e mulheres. Além disso, o texto estabelece que, "havendo divergências, qualquer dos cônjuges poderá recorrer ao juiz, que decidirá com base nesses interesses." No entanto, essa visão acaba por reforçar a vulnerabilidade da mulher, uma vez que, na prática, ela geralmente assume a maior parte das responsabilidades do casamento e das obrigações familiares, além de enfrentar a desigualdade salarial, perpetuando sua dependência.

Os dados do *World Bank Group* (2024)¹⁹ [Grupo do Banco Mundial] mostram que, mundialmente, apenas 46 dos 173 países analisados não possuem legislação específica de proteção às mulheres contra a violência doméstica. É importante destacar que, entre os países que tratam do tema, 95 abordam a violência física e sexual, e 122

¹⁸ Registro Civil 2022 Disponível em <https://static.poder360.com.br/2024/03/Registros-civis-2022.pdf>
Acesso em: 09 out. 2024.

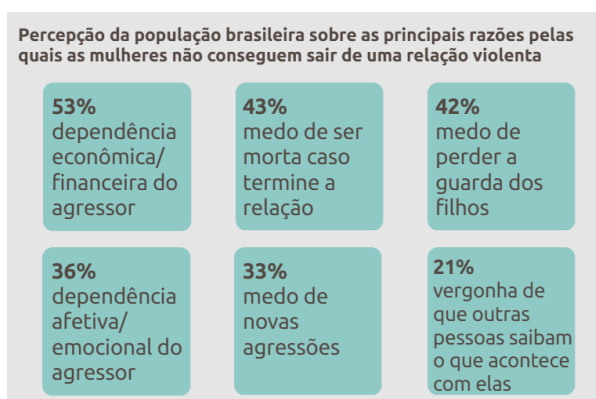
¹⁹ Resumo Executivo Mulheres, Empresas e o Direito (2024). Disponível em <https://wbl.worldbank.org/en/wbl> Acesso em: 15 Out. 2024.

incluem a violência psicológica. No entanto, a violência econômica é raramente discutida, estando ausente em 94 países.

A Lei Maria da Penha, implementada no Brasil em 2006 para combater a violência doméstica contra as mulheres, tem sido amplamente reconhecida como uma medida inovadora e relevante em nível internacional. Ela foi influenciada por ações e recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que pressionou o Brasil a criar mecanismos de proteção mais efetivos após analisar casos de violência contra mulheres, como o caso de Maria da Penha.

Em relação das mulheres e a permanência nos casamentos nos dias de hoje, a Figura 4 demonstra os principais motivos com base no Relatório 'Redes de apoio e saídas institucionais para mulheres em situação de violência doméstica no Brasil' (Instituto Patrícia Galvão/Ipec, 2022). Segundo o relatório, a dependência econômica do parceiro (53%), o medo de retaliação (43%) e a preocupação em perder a guarda dos filhos (42%) são os principais motivos que impedem as mulheres de deixarem relacionamentos violentos.

Figura 4 - Principais Motivos que as Mulheres Permanecem nos Casamentos



Fonte: Agência Patrícia Galvão (2022).

A Figura 5 ilustra como a violência econômica é uma questão frequentemente negligenciada e pouco discutida, com apenas 7% dos casos sendo identificados como violência patrimonial. Essa baixa identificação revela como esse tipo de violência é frequentemente ignorado. Ao manter as mulheres em situação de dependência e vulnerabilidade, a violência econômica dificulta sua capacidade de buscar ajuda e de se afastar de relacionamentos abusivos.

Figura 5 - Tipos de Violência Domésticas (%)



Fonte: Agência Patrícia Galvão (2022).

Segundo a Lei Maria da Penha a violência patrimonial conceitua “como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos”. O *site* do Instituto Maria da Penha (2006) descreve quais são as formas como exemplo “controlar o dinheiro; deixar de pagar pensão alimentícia; destruição de documentos pessoais; furto, extorsão ou dano; estelionato; privar de bens, valores ou recursos econômicos; causar danos propositais a objetos da mulher ou dos quais ela goste”.

O artigo de Soares e Teixeira (2020) intitulado Dependência Econômica e Violência Doméstica no Brasil, que analisa o efeito da dependência financeira da mulher em relação ao marido na ocorrência de violência e conclui que quanto maior a dependência menores são as chances denunciar tal situação. O tema acarreta a saúde pública impactando nos custos dos cofres públicos. O artigo destaca uma contradição que pode ocorrer em culturas diferentes, embora as mulheres com maior renda tenham mais autonomia financeira, elas apresentam uma maior probabilidade de sofrerem violência doméstica. Como observado por Soares e Teixeira (2020, p. 269), o aumento das oportunidades socioeconômicas das mulheres muitas vezes leva os parceiros a utilizar a violência para controlar esses recursos e reafirmar seu domínio sobre o domicílio.

4.3 INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA FEMININA

Atualmente o termo ‘independência financeira’ tomou uma popularidade principalmente por conta das redes sociais. O conceito refere-se em oferecer liberdade de escolha, permitindo que as pessoas tomem decisões pessoais e profissionais sem serem influenciadas por limitações econômicas. Robert Kiyosaki ²⁰(1997), foi o responsável por disseminar o que se entende sobre este conceito atualmente. Vários autores incentivam práticas de gestão financeira que promove a criação de ativos, permitindo as pessoas alcançarem um nível de liberdade econômica que possibilita fazer escolhas menos dependentes de renda ativa.

As mulheres contemporâneas têm a capacidade de acessar e controlar recursos financeiros, tomar decisões e fazer parte do mercado de trabalho e empreendedorismo como nunca antes visto na história. Porém é necessário analisar o cenário das estruturais sociais e culturais ainda as limitam a independência em relação as suas finanças. Segundo as autoras Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), a raiz da vulnerabilidade estão associadas aos homens com o poder institucional sobre as mulheres que acabam sendo suas presas fácil para atender as necessidades deles e se mantendo seus empregos ou postos de trabalhos (p. 59, 2019).

Embora a inserção das mulheres no mercado de trabalho e a conquista de renda própria representem avanços importantes, elas podem, inadvertidamente, contribuir para a normalização de estruturas patriarcais. Um exemplo é a apresentadora Eliana, que, apesar de ser financeiramente independente, declarou depender do marido para suas finanças e afirmou nunca ter feito um PIX. Nas mídias sociais, movimentos como o *Tradwife*²¹ exaltam a submissão feminina, resgatando valores retrógrados, enquanto

²⁰ Robert Kiyosaki é um empresário, investidor e autor norte-americano, famoso principalmente pelo livro *Pai Rico, Pai Pobre* (Rich Dad, Poor Dad), publicado em 1997. Essa obra, que se tornou um best-seller mundial, introduz conceitos de educação financeira para o público em geral e popularizou o conceito de "inteligência financeira". No livro, ele compartilha ensinamentos que supostamente aprendeu com duas figuras paternas: seu pai biológico, o "pai pobre", e o pai de seu amigo, o "pai rico". Cada um deles teria abordagens distintas sobre dinheiro, e Kiyosaki usa esses ensinamentos para discutir a importância de aprender a gerir finanças pessoais desde cedo.

²¹ *Tradwife* é um termo em inglês que se refere a mulheres que adotam um estilo de vida tradicional, no qual se dedicam à família e ao lar, deixando de trabalhar no mercado formal. A expressão é uma abreviação de "*traditional wife*", que significa "esposa tradicional". Fonte: A romantização do patriarcado: conheça o movimento *Tradwife*. Medium, CARPAS, 2023. Disponível em <https://medium.com/carpas/a-romantizacao-do-patriarcado-conheca-o-movimento-tradwife-123456> Acesso em: 10 out. 2024.

influenciadoras como Cíntia Chagas²² reforçam discursos de subordinação, mesmo em contextos de violência doméstica — como demonstrado pelo processo judicial que move contra o deputado Lucas Bove por agressões. Ela obteve uma medida protetiva com base na Lei Maria da Penha, que exige que ele mantenha distância e não a mencione nas redes sociais. Há posicionamento menos conservador como da humorista e apresentadora Mônica Martelle que diz “a liberdade completa, ela só é possível com independência financeira, pois a gente vive num mundo onde o dinheiro manda”; e da jornalista Fabiana Scaranzi “sempre quis ter independência financeira, para que ninguém diga que eu o que eu tenho ou não que fazer, nem que profissão seguir”.

Com a crescente individualização e flexibilização das relações sociais na modernidade líquida, as mulheres têm buscado cada vez mais a independência financeira. A capacidade de gerar renda própria e administrar os seus recursos financeiros tornou-se essencial para muitas mulheres, permitindo mais autonomia e liberdade de escolhas em suas rendas. As discussões sobre finanças pessoais sendo tratadas com maior atenção por organizações não governamentais, associações comunitárias, iniciativas privadas e pelo governo brasileiro (Savoia; Saito; Santana, 2007). Surgem livros, consultorias, treinamentos que podem ser benéficos para as mulheres, porém há literaturas, segundo a análise do artigo de Campos *et al.* (2009), pouco contribuem com o desenvolvimento da educação financeira das mulheres e “aproximam-se mais de conselhos do discurso de auto ajuda, que é recontextualizado de modo não crítico”. É necessário saber cuidar os assuntos abordados e ter um olhar crítico para não reforçar um estereótipo e o cuidado de

não problematizar questões estruturais acerca da desigualdade na distribuição de renda e na inserção da mulher no mercado de trabalho, atribuindo a responsabilidade pelo bem-estar financeiro unicamente às escolhas individuais das interlocutoras. (Campos *et al.*, 2009, p. 130)

A independência financeira responsabiliza o gerenciamento às mulheres individualmente e não considera o contexto social, cultural e histórico. Há muitos aconselhamentos para ‘ensinarem’ as mulheres a mexer com o dinheiro e a poupar, já que os homens já fazem isso há mais tempo (Bussinger, 2005). Campos (2019) examina as armadilhas presentes na literatura de finanças pessoais voltada para o público feminino, destacando que essa abordagem frequentemente reforça estereótipos e crenças

²² Cíntia Chagas que se diz influencer, especialista em comunicação e educadora

tradicionais e muitas acabam alinhando-se ao discurso de autoajuda, oferecendo soluções superficiais.

Pinho (2021) também abre a discussão sobre o cenário da independência financeira neoliberal em seu artigo ‘Autonomia Feminina e Capitalismo: Representações históricas e Contemporâneas’, que analisa a apropriação das demandas e resistências feministas promovendo a manutenção patriarcal. A autora aponta como o capitalismo moldou e cooptou as pautas feministas ao longo da história, transformando as lutas por liberdade e autonomia em ferramentas para sua perpetuação. Ela também aborda esse tema a partir de uma perspectiva interseccional, considerando não apenas aspectos econômicos, mas também dimensões culturais e políticas.

Com a ascensão silenciosa do neoliberalismo, esta (e outras) crítica do movimento feminista foi incorporada e usada pelo sistema como confirmação da ineficiência do capitalismo organizado pelo Estado e da necessidade de alteração desta realidade. Foi também o momento da ascensão de uma necessidade da alteração do que era considerado 'justiça' do eixo da redistribuição para o reconhecimento. (Pinho, 2021, p.11)

E complementa:

Nada mais vantajoso ao capitalismo do que esvaziar as pautas feministas através do incentivo à ilusão do que ter dinheiro seria o suficiente para libertar a mulher. (Pinho, 2021, p.11)

A crescente individualização e a flexibilização das relações sociais são características marcantes da modernidade líquida, conceito definido por Zygmunt Bauman (2007) como uma era de vínculos frágeis, instabilidade e constante transformação. A capacidade de gerar renda própria e administrar os seus recursos financeiros tornou-se essencial para muitas delas, permitindo mais liberdade de escolhas. As discussões sobre finanças pessoais sendo tratadas com maior atenção por organizações não governamentais, associações comunitárias, iniciativas privadas e pelo governo brasileiro (Savoia; Saito; Santana, 2007). Surgem livros, consultorias, treinamentos que podem ser benéficos para as mulheres, porém há literaturas, segundo a análise do artigo de Campos *et al.* (2009), pouco contribuem com o desenvolvimento da educação financeira das mulheres e “aproximam-se mais de conselhos do discurso de auto ajuda, que é recontextualizado de modo não crítico”. É necessário saber cuidar os assuntos abordados e ter um olhar crítico para não reforçar um estereótipo e o cuidado de

não problematizar questões estruturais acerca da desigualdade na distribuição de renda e na inserção da mulher no mercado de trabalho, atribuindo a responsabilidade pelo bem-estar financeiro unicamente às escolhas individuais das interlocutoras. (Campos *et al.*, 2009, p. 130)

Cecília Sardenberg (2000)²³, afirma que não se trata apenas de dinheiro, mas sim da importância de mudar mentalidades e compreender as estruturas sociais para promover o empoderamento feminino.

Algumas mudanças são possíveis no plano individual, mas se perdem quando não há uma transformação maior na estrutura social. A independência econômica está sempre ligada ao controle de suas vidas, mas isso não é suficiente se não houver uma mudança nos valores e nas percepções sobre a posição das mulheres na sociedade. Sem essa mudança, será muito difícil para essas mulheres, mesmo que alcancem certa independência econômica, exercerem plenamente seu controle e autonomia. Por outro lado, sem independência econômica é praticamente impossível as mulheres terem um controle sobre seu destino. Então, se a independência econômica é uma condição *sine qua non* ela não é, no entanto, uma questão que em si só abre, esses caminhos para as mulheres. (Sardenberg, 2000, 2m:16s)

Portanto, as estruturas atuais pouco ajudam no processo de independência feminina. Há todo um momento que reforça os padrões encurralando as mulheres a “entregar” a direção financeira principalmente para pessoas da família como marido ou pai. Toda essa sobrecarga de responsabilidades prejudica sua capacidade de tomar decisões financeiras. Além de afetar diretamente seu bem-estar e saúde física e mental, essa situação vai além de uma escolha individual; trata-se de um sistema que continua a impor barreiras significativas, dificultando a plena assunção dessas responsabilidades, mesmo na sociedade contemporânea.

²³ Essa fala da Cecília Sardenberg está publicada no vídeo que ela relata sobre o projeto Empoderamento Feminino que ela coordena na Universidade Federal da Bahia (UFBA) Disponível em <<http://www.neim.ufba.br/wp/nossos-videos/>> Acesso em: 25 jun. 2024.

5 A MULHER E O MARKETING

O marketing é um substrato do capitalismo. Trata-se de uma ciência que explora, cria e entrega valor para um mercado-alvo. Envolve um conjunto de atividades como o planejamento, desenvolvimento de produtos ou serviços e a formulação de estratégias de comunicação e vendas (Kotler et al., 2017). Philip Kotler, amplamente reconhecido como o "pai do marketing", define-o como “o processo social por meio do qual pessoas e seus grupos obtêm aquilo que desejam e necessitam, criando, oferecendo e trocando produtos de valor com outros” (Kotler & Keller, 2016).

Originalmente vinculado ao crescimento das indústrias e à ampliação da distribuição de produtos no início do século XX, o marketing evoluiu significativamente. Nos primórdios, o foco estava nas características dos produtos; no entanto, com o tempo, percebeu-se a importância de compreender o comportamento do consumidor. Assim, o marketing passou a desenvolver estratégias de criar, comunicar e entregar valor aos consumidores, influenciando suas decisões de compra. De acordo com Kotler e Keller (2012), "o marketing não é apenas a arte de vender produtos, mas de satisfazer as necessidades dos clientes de maneira lucrativa".

Nesse contexto, a aliança entre o marketing e o estudo do comportamento do consumidor tornou-se estratégica. Utilizando técnicas de segmentação, as empresas direcionam produtos e serviços para grupos específicos, com o objetivo de atrair e fidelizar clientes. Solomon (2016) ressalta que “um consumidor pode acreditar que, comprando e usando um produto ou serviço, absorverá suas qualidades desejáveis como um passe de mágica” (p. 6). Mais do que o simples ato de comprar, “o comportamento do consumidor é, na verdade, um processo contínuo [...]” (Solomon, 2016, p. 7), sendo influenciado de forma constante por propagandas e anúncios diversos.

Com a sofisticação promovida pela tecnologia, o marketing se tornou ainda mais eficaz. A internet e as redes sociais permitiram segmentar com precisão os públicos e alcançar consumidores de maneira personalizada. Estratégias digitais, como o uso de influenciadores, *storytelling* e análise de dados comportamentais, intensificam a conexão emocional entre marcas e consumidores. Essa personalização, por vezes, reforça o individualismo, fazendo com que os produtos sejam percebidos como necessidades únicas e exclusivas.

Atualmente, vivemos, segundo Zygmunt Bauman (2007), em uma sociedade de consumo na qual o ato de consumir ultrapassa a mera satisfação de necessidades básicas,

tornando-se central na construção de identidades, estilos de vida e pertencimentos. Esse cenário é intensificado pela lógica do capitalismo financeiro, que, como destaca Bauman, opera por meio de um fluxo constante de crédito e de estímulo permanente ao consumo. Nessa lógica, o consumo é continuamente impulsionado por campanhas de marketing que criam e renovam desejos, moldando comportamentos e expectativas.

Harvey (2010) complementa essa análise ao apontar que o consumo se tornou um dos principais motores da economia, fomentado por estratégias que ampliam o acesso ao crédito e reforçam necessidades artificiais. Para garantir a manutenção dessa lógica, muitas empresas recorrem à obsolescência programada — ou planejada —, uma técnica intencional de redução da vida útil dos produtos. Como explica Calazans (2023), trata-se de uma prática estudada e testada para provocar a substituição frequente de produtos, sejam eles necessários ou supérfluos.

Nesse ambiente, o capitalismo financeiro se apoia fortemente na atuação de instituições financeiras e no incentivo ao crédito pessoal. Embora essa estrutura facilite a expansão do consumo, ela também pode resultar em altos níveis de endividamento e na vulnerabilidade financeira dos indivíduos. Como observa Duarte (2013), o consumo é estimulado mesmo quando não há recursos disponíveis, criando um ciclo de dependência e instabilidade econômica. O marketing, por sua vez, exerce papel fundamental ao direcionar campanhas que não apenas reforçam a cultura do consumo, mas também apresentam o crédito como um facilitador imediato, consolidando essa engrenagem do capitalismo contemporâneo.

Os impactos do consumo são devastadores para a família e no Brasil, o endividamento das famílias atingiu 78,5% em abril de 2024, segundo a pesquisa da CNC (2024), com uma projeção de alcançar 80,2% até o final do ano. O estudo revela que a maior parcela das dívidas está associada ao cartão de crédito, envolvendo 87,1% dos devedores. Em seguida, com uma diferença significativa, aparecem os carnês e o cheque especial, que representam 36,2% das dívidas, uma proporção bem menor em comparação.

Na visão tradicional da economia, o capitalismo é frequentemente tratado como um sistema neutro em relação às questões de gênero. No entanto, Silvia Federici, especialmente em seu livro *Caliban and the Witch: Women, the Body and Primitive Accumulation* [Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva] (2004), argumenta que o capitalismo está profundamente entrelaçado com a opressão de gênero, destacando como a subjugação das mulheres e a divisão sexual do trabalho foram essenciais para a consolidação desse sistema. Além disso, não faltam estudos que

evidenciam como as mulheres são mais propensas à vulnerabilidade financeira. Vazquez e Falcão (2019), por exemplo, analisam os impactos do neoliberalismo sobre as mulheres, demonstrando como esse modelo econômico contribui para o desmonte de direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora, afetando de forma especialmente negativa as condições de vida das mulheres.

Em outro livro recente de Silvia Frederic e colaboradoras (2023) ‘Quem deve a quem? Ensaio transnacionais de desobediência financeira’ propõe a crítica dessa mulher que com várias questões sociais e culturais o capitalismo ainda dá o jeito de fazê-las desejarem créditos como uma solução para as questões financeiras e o impacto sendo desastroso depois por conta da dificuldade de pagamento e transformando o crédito em dívidas e juros.

O endividamento doméstico massivo dos últimos anos é uma reação ao protagonismo político feminista nos distintos âmbitos do trabalho, do sindicalismo e das lutas territoriais. Trata-se de um modo particular de moralização, que busca limitar e conter o questionamento aos papéis de gênero nas tarefas de reprodução social e à responsabilização imposta às famílias para que assumam os custos da crise. É nesse sentido que devem ser lidas as propostas para transformar as donas de casa, as trabalhadoras precarizadas e as desempregadas em “empresárias de si mesmas” e/ou empreendedoras através do endividamento. E, para outro setor social, o que vemos são propostas de endividamento com “bancos de mulheres”, isto é, um modo de essas instituições financeiras traduzirem o “desejo” de uma mudança em desejo de crédito. As mulheres, entendidas, como empreendedoras “naturais”, devedoras responsáveis e consumidoras compulsivas (conforme a representação de classe), aparecem codificadas dessa forma pela linguagem das finanças. (Federici, 2023, p. 9)

Se antes a direção financeira era determinada por figuras familiares, como o pai ou o marido, hoje quem dita as regras é o sistema capitalista e todos os mecanismos que o fortalecem. A lógica da dependência foi apenas transferida de mãos: saiu do âmbito doméstico e familiar para se submeter às exigências do mercado, que, sofisticado pelas tecnologias e estratégias de consumo, reforça o individualismo e faz com que os produtos sejam percebidos como necessidades únicas e exclusivas. Nesse cenário, a mulher precisa estar atenta para não confundir independência com inserção cega em um sistema que continua a explorar suas vulnerabilidades. A verdadeira independência feminina passa pelo reconhecimento dessas armadilhas e pela construção de práticas conscientes de gestão, planejamento e resistência.

5.1 CONSUMO FEMININO

O consumo feminino tem ganhado cada vez mais relevância no mercado, tornando-se um segmento essencial para diversas indústrias. Historicamente, as mulheres têm desempenhado um papel significativo nas decisões de compra, tanto para si quanto para seus lares, sendo responsáveis por uma parte expressiva do consumo global. O desenvolvimento de produtos e serviços específicos para esse público reflete a tentativa das empresas de compreender suas necessidades e desejos, oferecendo desde cosméticos e moda até serviços de saúde, bem-estar e experiências personalizadas. Essa diversidade de produtos é estratégica, uma vez que as mulheres têm se tornado mais independentes financeiramente e exigentes quanto à qualidade e à adequação das ofertas disponíveis no mercado.

Barbosa (2003) antropóloga acadêmica e consultora de empresas para a área de consumo sinaliza que em direção do consumo o processo está cada dia mais influenciado por categorias culturais – estilo de vida, identidade e visões de mundo. (Barbosa, 2003, p. 100). De acordo com o Censo 2022²⁴, o Brasil tem mais mulheres do que homens, com 51,5% da população feminina e para o marketing esse dado é relevante para que as mulheres se tornem um público-alvo específico e que atenda às necessidades e desejos delas.

O estudo Mulheres Consumidoras, realizado pela Globo em parceria com o Valor Econômico em 2023, apresenta uma análise aprofundada do comportamento de consumo das mulheres no Brasil, destacando seu papel estratégico como um dos segmentos mais valiosos para o mercado. De acordo com o relatório, elas exercem um papel central nas decisões de compra dentro dos lares, o que as torna alvo prioritário de campanhas de marketing e publicidade. A pesquisa também evidencia a vulnerabilidade social enfrentada por muitas delas, fator que influencia diretamente suas decisões de consumo. Além disso, o estudo aponta que seus hábitos de compra estão fortemente relacionados à busca por validação em redes sociais, influenciadores digitais e pesquisas online. Isso revela uma tendência à valorização da opinião de terceiros como forma de garantir segurança nas escolhas, tornando as estratégias de marketing digital —

²⁴ Quantidade de Homens e Mulheres (2022). Disponível em <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html> Acesso em: 17 out 2024.

especialmente aquelas baseadas em personalização e engajamento — ainda mais eficazes para esse público.

Apesar de muitas mulheres afirmarem não se sentirem representadas pelas mídias, são elas as que mais sofrem os efeitos do consumo exacerbado. Pesquisas indicam que as mulheres representam a maior parcela da população endividada e estão mais propensas a desenvolver transtornos relacionados ao consumo, como a compulsão por compras (Dittmar, 2005). Essa realidade é agravada pelas persistentes desigualdades de gênero no mercado de trabalho, como a disparidade salarial em relação aos homens, o que amplia sua vulnerabilidade financeira (Blau & Kahn, 2017).

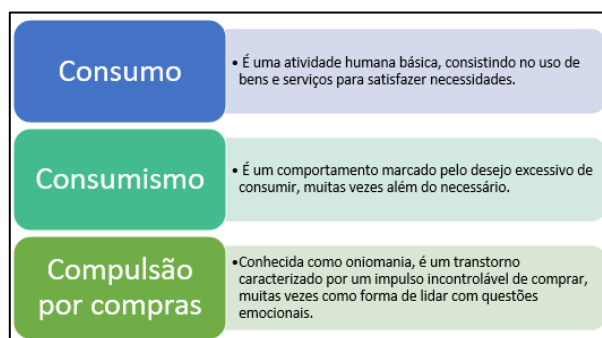
O mercado também impõe uma pressão adicional sobre elas, com um volume maior de produtos e serviços destinados ao público feminino, muitos deles associados à beleza e ao bem-estar, considerados essenciais para atender às expectativas sociais. Esses produtos costumam ser mais caros do que os equivalentes masculinos—a prática conhecida como “*pink tax*” ou “taxa rosa” —, que agrava ainda mais as disparidades econômicas entre os gêneros (Duesterhaus et al., 2011). Dessa forma, as mulheres acabam sendo duplamente penalizadas: enquanto não se sentem representadas, ainda são alvo de estratégias de marketing que exploram sua vulnerabilidade e lhes oferecem produtos de valor inflacionado.

O bombardeio de estímulos ao consumo direcionado para elas pode resultar em altos gastos, muitas vezes justificados por necessidades criadas e prioridades que, na realidade, são impostas pelo mercado. Essa pressão constante impulsiona um ciclo de consumo que pode afetar significativamente a organização financeira e o bem-estar das consumidoras. Segundo a psiquiatra Ana Beatriz Barbosa Silva (2014), no Brasil, o percentual de compradores compulsivos é estimado pelo Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas de São Paulo em cerca de 3% da população. Desses, a maioria é do sexo feminino — representando aproximadamente 80% dos casos — enquanto os homens compõem apenas cerca de 20%. Esse desequilíbrio está relacionado, em parte, à intensa pressão social que recai sobre as mulheres para atender a padrões idealizados de feminilidade, especialmente no que diz respeito à aparência. Tal exigência contribui para hábitos de consumo impulsivos, muitas vezes acompanhados de descontrole financeiro, o que pode acarretar consequências sociais e prejudicar a saúde mental.

Ela conceitua o consumo como algo para a sobrevivência, no qual todos precisam consumir as coisas básicas para viver, já o consumismo que impera nos dias de hoje por conta do nosso sistema, é o consumismo que promove uma necessidade enorme

de comprar, de ver desejo, e não a necessidade de comprar, impactando no seu orçamento e, para além disso, há a compulsão por compras, que já está no âmbito do transtorno conhecida como “oniomania”, precisando de um tratamento com medicação e terapias (Silva, 2014). A Figura 9, mostra o conceito do consumo como uma atividade básica, o consumismo um comportamento marcado pelo excesso de desejo e a compulsão conhecida como uma patologia por compras. Estes são fenômenos distintos, embora relacionados.

Figura 6 - Conceituação do Consumo, Consumismo e Compulsão por Compras



Fonte: Adaptado de Silva (2014)

Segundo os Dados do Mapa de ‘Inadimplência e Renegociação de Dívidas do Brasil’ (2024), houve um aumento de 16% no total de pessoas inadimplentes entre agosto de 2021 comparado com o mesmo mês em 2024. Entre os mais de 72 milhões de inadimplentes em território nacional, 50,4% são mulheres. A maior concentração de endividados está entre os grupos etários que vão de 26 a 40 anos (34,1%) e de 41 a 60 anos (35,1%). Frederic (2023) em ‘Ensaio Transnacionais de Desobediência Financeira’ reforça que quem se beneficia é o sistema capitalista pois:

A dívida funciona como o maior mecanismo de acumulação de riqueza para o capitalismo atual e, simultaneamente, atua como uma forma de controle social. É uma ferramenta política do capital para explorar e confiscar a vitalidade social e determinar o tempo futuro (Frederic, 2023, p. 18).

A análise da filósofa contemporânea citada destaca a transição da dependência financeira das mulheres: se antes elas dependiam dos homens, atualmente, essa dependência se deslocou para instituições financeiras, como os bancos. Esse processo resulta em uma mercantilização crescente de diversos aspectos da vida cotidiana das mulheres (Idem, 2023, p. 19). A questão das dívidas e do acesso a microcréditos e outros serviços financeiros coloca as mulheres em uma posição vulnerável, muitas vezes

enfrentando a chamada “síndrome da doença do dinheiro”. Esse termo refere-se à sensação de falta de controle sobre a própria vida financeira, que é agravada pela pressão para consumir e se endividar.

Além disso, a inclusão financeira e a suposta “economia colaborativa” são analisadas de forma crítica. Muitas mulheres, ao buscarem alternativas para complementar suas rendas, acabam recorrendo a serviços de aplicativos, trabalhos freelancer, ou transformando hobbies e habilidades manuais em pequenas fontes de renda. No entanto, essa inserção no mercado como pequenas empreendedoras nem sempre é uma escolha plena e consciente, mas sim uma forma de sobrevivência no contexto atual de precarização do trabalho e falta de oportunidades no mercado formal (Frederic, 2023, p. 23). Isso reflete a ilusão de autonomia financeira que a economia colaborativa promete, enquanto as estruturas de desigualdade e dependência continuam a existir.

Bauman (2010) traz que, para o capitalismo, o cartão de crédito é uma forma de atender o desejo de compra imediatamente e reforça como é recebida a informação para os cidadãos como “‘Não adie a realização do seu desejo’. Você deseja alguma coisa, mas não ganha o suficiente para adquiri-la? Nos velhos tempos, felizmente passados e esquecidos, era preciso adiar a satisfação” (Bauman, 2010, p. 12). A criação de controles, aplicativos e métodos para gerenciar o dinheiro visa limitar os custos pois para quem traz uma preocupação com o futuro é importante ter o mecanismo e a estratégia pois, segundo o sociólogo alerta, “quem não se preocupa com o futuro, faz isso por sua própria conta e risco. E certamente pagará um preço pesado” (Idem, 2010, p. 13).

Barbosa (2014), em um seminário intitulado “Consumo – por que a gente é assim?”, propõe que a mudança de nossos hábitos é o primeiro passo na reestruturação de uma atitude permanente de vigilância sobre nossas ações. Embora essa atitude por mais que possa parecer desagradável e controladora inicialmente, é um processo necessário até que se torne uma segunda natureza. Ela destaca que a ciência e a tecnologia são grandes aliadas nesse mapeamento do ciclo de vida de nossas práticas. Além disso, reforça que, anteriormente, não havia uma cultura de preocupação com o meio ambiente; por isso, é imprescindível desenvolver um processo de aprendizado e vigilância constante, que vai além da mera dimensão do consumo.

5.2 EXPLORAÇÃO DA BELEZA

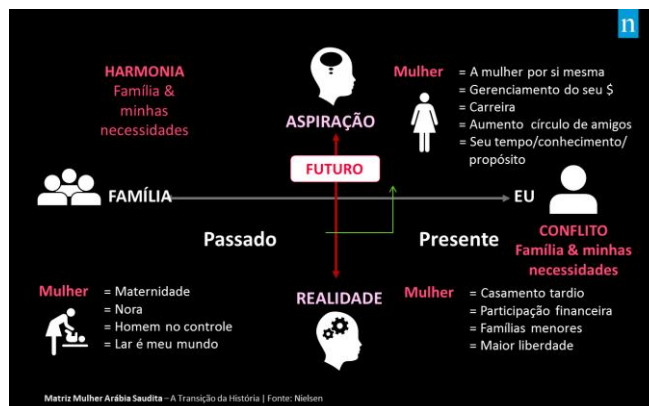
A exploração da beleza e a representação feminina nas mídias têm se tornado temas centrais nas discussões sobre identidade e autoestima das mulheres na sociedade contemporânea. Desde os primórdios da publicidade, a imagem da mulher foi frequentemente moldada por padrões de beleza idealizados, que muitas vezes são inatingíveis e irrealistas. Esses padrões são amplamente divulgados em diversos meios de comunicação, como revistas, televisão e redes sociais, criando um estereótipo de beleza que se torna uma referência para muitas mulheres. A pressão para se encaixar nesses padrões pode levar a consequências negativas, como distúrbios alimentares, baixa autoestima e insatisfação corporal.

Estudos, como o de Nielsen (2016), indicam que uma tendência crescente no consumo feminino no Brasil é a evitação de estereótipos e rótulos que limitam as mulheres (Figura 7), fortalecendo a igualdade e diversidade de gênero e raça. Além disso, enfatiza a valorização das qualidades e conquistas femininas, permitindo uma representação mais autêntica e inclusiva. Apesar da persistência dos padrões tradicionais de beleza, a crescente conscientização sobre a importância da diversidade nas representações femininas está mudando o cenário.

Com a ascensão das mídias sociais, o discurso sobre beleza e representação feminina está passando por uma transformação. Embora as redes sociais possam amplificar padrões de beleza tradicionais, também têm se tornado plataformas para a celebração da diversidade, permitindo que mulheres de diferentes origens, tamanhos e idades compartilhem suas histórias e experiências. Essa mudança de narrativa oferece

uma oportunidade para desconstruir estereótipos e promover uma representação mais positiva e realista da beleza feminina.

Figura 7 - Tendência de Consumo da Mulher Brasileira



Fonte: Tendências de consumo para a mulher brasileira (2024).

Esse é um ideal que ainda está distante da realidade delas. Conforme levantamento feito pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), intitulado “O Perfil de Consumo das Mulheres Brasileiras” 58,5% das mulheres declaram que “as propagandas não refletem suas atitudes e quem elas são”. Isso porque as propagandas mostram que “são muito diferentes fisicamente das mulheres reais (59,6%); que elas se sentem incomodadas pela propaganda que as apresenta como objetos sexuais (32,1%); e que as mulheres são sempre mostradas como sendo felizes em famílias perfeitas, e isto não reflete a vida real (29,5%).”

Com base nos dados da *International Society of Aesthetic Plastic Surgery* (ISAPS), o consumo feminino em procedimentos de cirurgia plástica e estética tem apresentado um crescimento significativo nos últimos anos. Em 2022, foram realizados mais de 14,9 milhões de procedimentos cirúrgicos e 18,8 milhões de procedimentos não cirúrgicos em todo o mundo, com um aumento de 11,2% em relação ao ano anterior (ISAPS, 2024).

Entre os procedimentos cirúrgicos, a liposucção permanece como a prática mais comum, com 2,3 milhões de intervenções, seguida pelo aumento de seios, que contabilizou 2,2 milhões de procedimentos, representando um crescimento de 29% em comparação ao ano anterior. Esses dados revelam uma tendência crescente de mulheres

buscando procedimentos estéticos, o que, segundo a ISAPS (2024), reflete uma mudança nas prioridades e nas percepções sobre a estética feminina globalmente.

Os Estados Unidos e o Brasil lideram o número total de procedimentos realizados, indicando a relevância cultural e econômica da cirurgia plástica na vida das mulheres. O relatório da ISAPS (2024) também destaca que 85,7% dos procedimentos estéticos são realizados em mulheres, evidenciando o papel predominante do público feminino nesse mercado.

As pressões estéticas e a objetificação das mulheres têm ganhado destaque nas discussões contemporâneas, refletindo mudanças sociais e transformações na percepção sobre a imagem e o corpo. Segundo Paula Sibilia²⁵ (2008), a sociedade atual é marcada pela "cultura da imagem", na qual a valorização da aparência muitas vezes se sobrepõe a outras qualidades e capacidades das mulheres. A constante exposição a padrões de beleza idealizados, amplamente disseminados pela mídia e pelas redes sociais, gera uma pressão, levando-as a se conformar a expectativas muitas vezes inatingíveis. Essa objetificação resulta em uma visão reducionista do corpo feminino, que é frequentemente tratado como um produto a ser moldado e vendido.

Sibilia (2008) também destaca que, em um contexto em que a imagem se tornou um bem de consumo, as mulheres são incentivadas a adotar práticas de autocuidado e aprimoramento estético que, embora possam promover a autoestima, também podem reforçar a ideia de que seu valor está intrinsecamente ligado à sua aparência. Em meio a essa dinâmica, a luta contra os estereótipos de beleza e a busca por representações mais autênticas e diversificadas se tornaram fundamentais. A crescente conscientização sobre a importância da diversidade de corpos e belezas está promovendo um movimento de resistência que desafia a normatividade imposta e busca valorizar as qualidades e conquistas femininas em um contexto mais amplo. Contudo, toda essa pressão por estética tem um alto custo financeiro para as mulheres, que frequentemente se veem compelidas a gastar consideráveis quantias em produtos de beleza, serviços estéticos e tratamentos,

²⁵ Paula Sibilia, professora do Departamento de Estudos Culturais e Mídias e do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF), apresenta um trabalho "A moral da pele lisa e a censura midiática da velhice: o corpo velho como uma imagem com falhas". Paula discute a era do "culto ao corpo" e da espetacularização da sociedade, na qual, instados a se converterem em imagens com certas características rigorosamente definidas, os corpos humanos são desencantados de suas potências simbólicas para além dos códigos da "boa aparência". (Goldenberg, 2011, p.177).

refletindo não apenas nas suas finanças pessoais, mas também em suas percepções de valor e autoaceitação.

5.3 UMA CONDUTA CRÍTICA

É fundamental adotar uma postura crítica em relação ao sistema econômico atual para que possamos analisar a realidade de forma coerente com os valores pessoais. No entanto, é impossível nos desvincular completamente desse contexto, já que estamos imersos em um sistema capitalista com tendência neoliberal e em uma estrutura histórica patriarcal. Independentemente das críticas, é inegável que o dinheiro e o que ele possibilita têm um papel central em nossa sociedade. Peter Senge (2021) aponta que a distância entre aqueles que possuem recursos e os que não têm vem aumentando em muitos países, evidenciando o crescimento da desigualdade social. Esse fenômeno se impõe sobre todos, independentemente da ideologia adotada, e reflete as limitações do sistema atual em promover uma distribuição mais equitativa de oportunidades e recursos.

Este trabalho não se alinha a uma visão ideológica específica, seja de direita ou de esquerda, mas busca colocar a mulher como protagonista dentro do sistema atual. A análise é complexa e multifacetada, pois reconhece que a esquerda, tradicionalmente, tem o compromisso de questionar o sistema e as assimetrias que ele impõe às mulheres buscando ampliar direitos e promover justiça social. Em contrapartida, as agendas da direita tendem a enfatizar o livre mercado, o acúmulo de capital e a preservação das estruturas que sustentam a classe dominante, o que muitas vezes reforça desigualdades já existentes.

No artigo *Mulheres de Extrema-Direita: empoderamento feminino e valorização moral da mulher* (2023), o estudo investiga as motivações que levam elas a aderirem tal ideologia, destacando as dinâmicas sociais e culturais que influenciam essa escolha. A pesquisa é relevante para compreender os paradoxos entre os discursos de empoderamento e as tradições conservadoras, oferecendo uma perspectiva crítica sobre o papel feminino em movimentos políticos contemporâneos.

Dentre muitos artigos revisados, foram selecionados dois que representam as perspectivas da direita e da esquerda, a fim de ilustrar a polaridade dos discursos e a maneira como cada um está comprometido com a manutenção ou transformação do

sistema. Esses artigos fornecem uma análise abrangente sobre as divergências ideológicas e suas implicações nas questões de gênero, permitindo uma reflexão crítica sobre como esses discursos moldam a experiência feminina em contextos políticos e sociais distintos.

Por outro lado, o artigo intitulado “O Capitalismo Financeiro não Liberta as Mulheres: análises feministas materialistas e imbricacionistas” (2018) explora como o capitalismo financeiro contemporâneo afeta a libertação feminina, argumentando que ele perpetua formas de opressão e desigualdade. A autora utiliza abordagens feministas materialistas e imbricacionistas para discutir a relação entre gênero, classe e capitalismo, questionando a ideia de que o crescimento econômico e o acesso ao mercado são suficientes para promover a emancipação das mulheres. A crítica enfatiza a necessidade de transformações estruturais para alcançar uma verdadeira libertação.

Resgatar a mulher como sujeito de sua própria história a partir da perspectiva da gestão financeira, mesmo em um sistema que muitas vezes as marginaliza é complexo e importante. A história nos ensina que os avanços conquistados pelas mulheres nunca foram entregues de forma fácil; foi necessário lutar e reivindicar cada espaço e direito que lhes foi negado. Assim, surgem questões fundamentais: como enfrentar um sistema que privilegia o dinheiro? E como enxergar o dinheiro sob uma perspectiva que fortaleça a independência feminina? Na sequência, iremos discutir formas de utilizar os recursos que já foram testados dentro das empresas e tirarmos esse proveito para fortalecer a independência feminina. Desta forma, apresentaremos uma análise detalhada desse contexto, sugerindo que as mulheres possam adotar práticas que buscam por seus próprios resultados, utilizando uma visão estratégica que as capacite a atingir seus objetivos e fortalecer sua posição na sociedade.

6 A MULHER POR ELA MESMA

A capacidade de decidir por conta própria e assumir o protagonismo sobre a trajetória de vida constitui uma conquista relativamente recente na história das mulheres, ainda atravessada por múltiplos desafios estruturais. Por séculos, a experiência feminina foi condicionada por normas sociais restritivas, expectativas de gênero e dispositivos legais que cercearam sua independência. A superação desse cenário exige um processo contínuo de desconstrução de padrões internalizados ao longo do tempo. Nesse sentido, Ehrhardt (1994), ao problematizar os efeitos do condicionamento social sobre o comportamento delas, ressalta a importância de desenvolver atitudes assertivas, com a formulação de metas claras, foco em objetivos de longo prazo e a recusa em reproduzir pensamentos baseados em estereótipos de gênero. Conforme afirma a autora: “Aprende-se o desamparo, conseqüentemente pode-se desaprender” (Ehrhardt, 1994, p. 88), indicando que os comportamentos de submissão não são naturais, mas construídos socialmente — e, portanto, passíveis de transformação.

Embora avanços significativos tenham sido alcançados nas últimas décadas, a liberdade de escolha ainda constitui um campo de disputas, frequentemente atravessado por pressões culturais, econômicas e midiáticas. Como discutido nos capítulos anteriores, a relação das mulheres com o dinheiro representa um eixo central nessa dinâmica. A ausência das finanças pode colocá-las em situações de dependência, sobretudo quando não há estratégias conscientes voltadas à sua própria emancipação. Nesse contexto, o domínio sobre os recursos financeiros torna-se não apenas uma questão de gestão individual, mas também uma ferramenta de fortalecimento subjetivo e social, capaz de transformar o lugar que a mulher ocupa nas relações pessoais e na sociedade de modo mais amplo.

Peter Drucker (1996), reconhecido como o pai da Administração Moderna, afirma que assumir a direção significa tomar a responsabilidade para si mesma, em vez de depender das ordens ou decisões de outrem. No contexto da independência feminina, esse princípio torna-se relevância, sobretudo quando se trata da relação com o dinheiro. A aproximação das mulheres com o universo das finanças exige conhecimento e educação voltados à gestão dos próprios recursos. Esse processo de apropriação do saber financeiro não apenas proporciona domínio técnico, mas também fortalece a segurança e a capacidade de tomada de decisão.

Sob essa perspectiva, Gitman (2013) enfatiza que os princípios da administração financeira transcendem o ambiente empresarial e são perfeitamente aplicáveis à vida pessoal. Práticas como o consumo consciente, a utilização responsável do crédito, a constituição de poupança e a realização de investimentos orientados por metas de curto, médio e longo prazo compõem um conjunto de ações essenciais para o alcance da estabilidade e da liberdade financeira. O autor reforça que “aprender os fundamentos da administração financeira pode ajudar a gerenciar melhor as finanças pessoais” (Gitman, 2013, p. 2), destacando a importância de uma base conceitual sólida como alicerce para a autonomia individual. Entre as principais ferramentas da gestão financeira apontadas pelo autor, destacam-se o planejamento orçamentário, a análise do fluxo de caixa, a constituição de uma reserva de emergência e a realização de investimentos estratégicos.

O estereótipo de que os homens “entendem de dinheiro” contribuiu historicamente para a construção de uma visão restrita e excludente acerca da gestão financeira, frequentemente percebida como um domínio predominantemente masculino. Essa perspectiva não apenas influenciou comportamentos sociais e culturais, mas também moldou a própria produção de conhecimento na área, limitando a participação ativa e reconhecida das mulheres nos campos da administração e das finanças. Diante desse cenário, este capítulo propõe uma análise crítica sobre a importância do protagonismo feminino na gestão de recursos financeiros, fundamentando-se em autores de referência que contribuíram significativamente para a área.

As práticas gerenciais, quando aplicadas ao campo individual, podem — e devem — ser simples, acessíveis e de fácil compreensão, de modo a permitir que o cotidiano financeiro seja conduzido com dinamismo, clareza e agilidade na tomada de decisões. A gestão pessoal das finanças não precisa ser excessivamente complexa para ser eficaz; ao contrário, a simplicidade pode ser uma aliada estratégica na construção de uma vida financeira equilibrada.

Nesse sentido, o artigo publicado na *Brazilian Journal of Business*, intitulado “*Personal finance practices and controls: economic agent behavior*” [Práticas e controles de finanças pessoais: comportamento do agente econômico], investigou as principais estratégias adotadas por adultos na busca por organização financeira. As autoras, Vettorello e Seibert (2020), identificaram que o conhecimento associado a mecanismos de controle simples — como registros de gastos, acompanhamento de receitas e planejamento de metas — é capaz de proporcionar maior tranquilidade financeira, à medida que favorece o monitoramento dos resultados e a tomada de decisões mais

assertivas. A simplicidade na gestão financeira está diretamente relacionada à geração de excedentes (poupança), que se configura como a diferença positiva entre receitas e despesas. Nessa linha, Assaf Neto e Lima (2023) ressaltam que manter um controle claro e objetivo sobre os fluxos financeiros individuais permite não apenas a identificação desses excedentes, mas também a construção de uma reserva de segurança, fundamental para a estabilidade e a autonomia econômica no médio e longo prazo.

Seguindo a linha do processo de obtenção de informações e da construção de práticas eficazes de gestão financeira, a categorização de receitas e despesas constitui uma etapa fundamental no planejamento financeiro individual. O Banco Central do Brasil (2013), em seu caderno voltado à educação financeira, propõe uma divisão didática entre receitas e despesas fixas e variáveis. As receitas fixas correspondem àquelas que se repetem regularmente, como salários, aposentadorias e rendimentos provenientes de aluguéis. Já as receitas variáveis estão relacionadas a fontes de renda que oscilam, como comissões de vendas ou aulas particulares. No que tange às despesas, o Banco Central também propõe a distinção entre despesas fixas — como aluguel e prestações — e despesas variáveis, como contas de consumo (água, luz, telefone), cujo valor pode variar de acordo com o uso. Essa sistematização facilita a visualização do fluxo de caixa pessoal e auxilia na formulação de estratégias de equilíbrio entre entradas e saídas de recursos.

A esse modelo, o consultor e planejador financeiro Amuri (2021) acrescenta uma tipologia mais detalhada, ao classificar as despesas em quatro categorias: fixas, variáveis, sazonais e imprevistas. As despesas fixas são aquelas que permanecem constantes durante um período de seis meses a um ano, como mensalidades ou financiamentos. As variáveis, por sua vez, apresentam oscilações mensais, mas ocorrem com frequência, como alimentação e transporte. As despesas sazonais incluem compromissos periódicos, como impostos, seguros e mensalidades escolares, que surgem em momentos específicos do ano. Por fim, os imprevistos correspondem a eventos não planejados, cuja estimativa pode ser calculada a partir da soma das despesas fixas, variáveis e sazonais, multiplicada por um percentual de 15%, conforme sugerido pelo autor e demonstrado na figura 8.

Além disso, o Banco Central do Brasil (2013) enfatiza a importância de considerar, no planejamento financeiro, os compromissos previamente assumidos, como prestações a vencer e faturas de cartão de crédito, uma vez que esses elementos impactam diretamente na capacidade de consumo e de poupança.

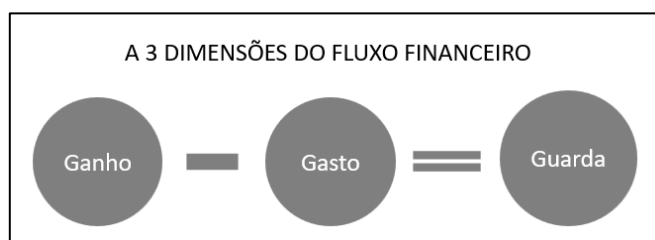
Figura 8 - Exemplos das Receitas e Despesas

Receitas (Entradas)	Despesas (Saídas)
- Salário	- Prestação
- Pensão	- Luz
- Aposentadorias	- Gás
- Comissões por Vendas	- Telefone
- Rendimentos de Aluguel	- Internet
	- Cartões de Crédito
	- Mensalidades Escolares

Fonte: autoria própria

O resultado obtido a partir da diferença entre receitas e despesas corresponde ao saldo, o qual deve ser analisado de forma periódica — preferencialmente em intervalos mensais e anuais — conforme ilustrado na Figura 9. O balanço representa um indicador da saúde financeira, permitindo avaliar se as receitas estão sendo suficientes para cobrir as despesas e, conseqüentemente, se há espaço para economias ou se ajustes se fazem necessários. O acompanhamento contínuo desse saldo favorece a tomada de decisões mais conscientes, possibilitando uma alocação mais eficiente dos recursos disponíveis. Conforme destaca Pires (2007, apud Vettorello e Seibert, 2020), agir com planejamento é uma estratégia eficaz para a boa gestão, especialmente no que tange à prevenção de decisões impulsivas que possam comprometer o equilíbrio econômico.

Em termos didáticos, é possível estabelecer uma analogia direta e acessível: as receitas equivalem aos ganhos, as despesas correspondem aos gastos, e o resultado dessa equação revela a possibilidade de guardar, ou seja, de constituir uma sobra financeira.

Figura 9 - As três dimensões do fluxo financeiro

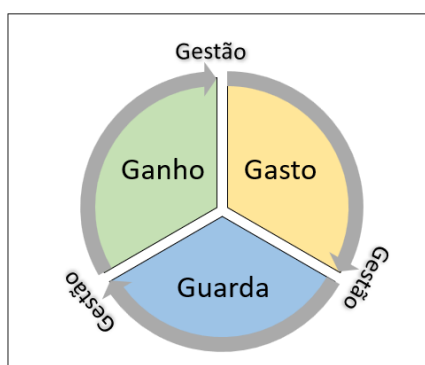
Fonte: autoria própria

Cada "G" pode ser compreendido como uma dimensão ou, à luz da abordagem proposta por Senge (2021), como uma disciplina. Contudo, é fundamental que essas dimensões não sejam analisadas de maneira isolada, mas sim integradas a uma visão sistêmica, que permita compreender sua interdependência e seus efeitos no todo.

Conforme destaca o autor, “para compreender as questões gerenciais complexas é preciso ver o sistema inteiro responsável pelo problema” (Senge, 2021, p. 124).

A gestão pode ser compreendida como um ciclo contínuo e dinâmico, caracterizado por um movimento circular e permanente, no qual o planejamento, a execução, o monitoramento e a reavaliação se retroalimentam constantemente. Nesse contexto, ferramentas como o fluxo de caixa e a análise sistemática de receitas e despesas assumem papel central na sustentação desse ciclo (Gitman, 2010; Assaf Neto e Lima, 2014) conforme demonstrado na figura 10.

Figura 10 - Os 3G's da Gestão Financeira



Fonte: autoria própria

6.1 A GESTÃO FINANCEIRA E A INDEPENDÊNCIA FEMININA

A analogia entre empresas e mulheres, embora reconheçamos que se tratam de entidades essencialmente diferentes, pode servir como um recurso útil para refletirmos sobre a relação delas com o dinheiro. Assim como uma empresa precisa de planejamento, organização, investimento e controle financeiro para crescer e se manter sustentável, elas também precisam desenvolver competências de gestão para fortalecer sua independência e garantir sua permanência ativa em uma sociedade que muitas vezes tenta limitar seu poder de ação e, como vimos, o dinheiro como uma estrutura principal de poder. A proposta aqui não é igualar funções ou papéis, mas utilizar os princípios da gestão financeira empresarial como uma lente que ajude a fundamentar e estruturar a independência feminina, respeitando as especificidades e singularidades da experiência de ser mulher.

Peter Senge (2021) destaca que, para alcançar uma gestão eficiente e adaptativa, é fundamental compreender as suas inter-relações. Essa visão sistêmica permite que as empresas respondam melhor às mudanças e desafios do ambiente. De forma complementar, Collins e Porras (2020) apontam que as empresas que conseguem perdurar e prosperar ao longo das décadas são aquelas que têm clareza sobre a identidade corporativa. Para eles, a lucratividade é um elemento essencial para a sustentabilidade de uma organização, mas deve ser vista como um meio para atingir objetivos mais amplos e fundamentais, e não como um fim em si mesma. Essa perspectiva reforça a importância de alinhar os resultados financeiros como um meio, garantindo sua longevidade e relevância no mercado.

A lucratividade é uma condição necessária para a existência e um meio de conquistar objetivos vitais, mas não é o objetivo em si para a maioria das empresas visionárias²⁶. Os lucros são o que o oxigênio, a comida a água e o sangue representam para o corpo; sem eles não há vida, mas eles que lhe dão sentido. (Collins e Porras, 2020, p. 54)

Nas três dimensões do fluxo financeiro, cada “G” — Ganhos, Gastos e Guarda — exige uma atenção especializada. Isso porque cada uma dessas etapas envolve aspectos específicos e profundamente relevantes para a realidade delas. Didaticamente, os impactos e desafios para alcançar a independência feminina devem ser analisados separadamente em um primeiro momento, a fim de compreender com mais profundidade cada um dos elementos que compõem esse processo, como representado na Tabela 3. Por exemplo, o “G” dos Ganhos está relacionado à necessidade de combater a desigualdade salarial (Goldin, 2022), às dificuldades associadas à maternidade e ao trabalho doméstico (Frederic, 2019) e à baixa oferta de oportunidades no mercado de trabalho (Bruschini, 1994). Já o “G” dos Gastos demanda uma análise dos altos custos direcionados às mulheres, como a dificuldade de acesso a redes de apoio públicas, a exploração da beleza feminina (Godenberg, 2011) e reprodução e aborto (Diniz, 2010) e que há necessidades básicas como pílulas anticoncepcionais, reposição hormonal, absorventes, e medicamentos relacionados ao pré-natal e ao parto. Esses impactos na gestão financeira afetam diretamente o “G” de Guarda, tornando as mulheres mais dependentes do suporte

²⁶ Os autores, Colling e Porras (2020) definem empresas visionárias são aquelas que impactam de tal forma que caso não existissem deixaria um vazio na sociedade. São empresas que transcendem o sucesso financeiro e são relevantes mundialmente conquistando respeito e apreço de críticos exigentes. Eles exemplificam como a Disney, Johnson & Johnson, IBM, Boeing entre outras.

de suas famílias e mais vulneráveis a imprevistos. A pesquisa de Medeiros (2018) revela uma disparidade no diz respeito à poupança para a aposentadoria. Os dados indicam que a maioria das mulheres depende de terceiros para garantir sua segurança financeira na velhice.

No planejamento da aposentadoria (...) a situação das mulheres é ainda pior. Apenas um pouco mais de 43% delas referiam contribuir com o INSS para afins de aposentadoria (...). Observamos que quase 35% das mulheres “planejam”, ou melhor, preveem que dependeram de terceiros para suas provisões financeiras na velhice. (...) Apontamos esses resultados referente ao planejamento e comportamento financeiro para a aposentadoria como alarmantes, merecendo maior atenção do poder público. (Medeiros, 2018, p. 34)

Aumentar apenas o valor do ganho não é suficiente para solucionar as questões financeiras enfrentadas pelas mulheres. Como enfatiza Federici (2021) em seu livro ‘O Patriarcado do Salário’, mesmo com um emprego assalariado, as mulheres continuam sobrecarregadas pelo trabalho doméstico não remunerado, alertando que “conseguir um emprego assalariado nunca liberou elas do trabalho doméstico” (idem, 2021, p. 29). Essa realidade demonstra a necessidade de uma abordagem mais ampla, que considere tanto a valorização do trabalho doméstico quanto o equilíbrio nas responsabilidades financeiras e familiares.

Tabela 3 - Os exemplos das lacunas financeiras das mulheres

Ganho	Gasto	Guarda
<ul style="list-style-type: none"> • Desigualdade Salarial • Maternidade • Trabalho doméstico (não remunerado) • Baixa oportunidade no mercado de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> • Rede de Apoio • Exploração da Beleza Feminina • Necessidades básicas das mulheres (pílulas anticoncepcional, reposição hormonal, absorvente, etc.) 	<ul style="list-style-type: none"> • Suporte de outra pessoa • Vulnerabilidade financeira nas imprevisibilidades

Fonte: autoria própria

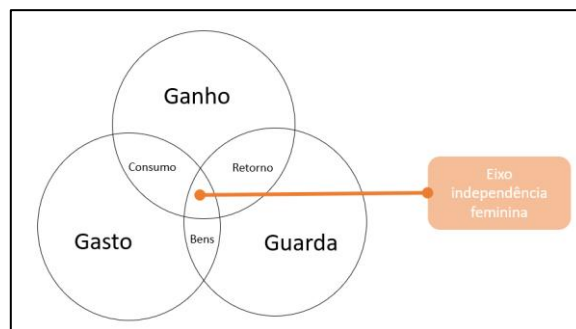
Essas dimensões podem ser trabalhadas de forma isolada, inicialmente, como parte de um processo investigativo. No entanto, isso não leva, por si só, à independência feminina, pois, mesmo que uma mulher obtenha um ganho considerável, esse resultado é

específico e individual; mesmo que ela invista no mercado financeiro, essa ação permanece isolada; e, ainda que ela consiga superar a sedução da publicidade e tome decisões conscientes, isso também se mantém no âmbito pessoal e não se traduz automaticamente em uma mudança coletiva. Segundo Mintzberg (2006) as informações fragmentadas nos colocam cegos e precisamos lidar com as informações completas para ajudar a sustentar a vida real. Ele complementa que “as maiores falhas na gestão estratégica ocorrem quando os dirigentes levam um único ponto de vista muito sério” (Mintzberg, 2006, p. 43). Assim, o processo precisa considerar todas as partes e as complexidades para se construir uma estratégia consistente a campo a ser transformado.

Lida com todas essas complexidades em um processo pode parecer difícil. (...) A formação de estratégia é projeto sensato, visão intuitiva e aprendizado emergente; é sobre transformação e também sobre perpetuação; deve envolver cognição individual e interação cognitiva, cooperação e conflito; tem que incluir análise prévia e programação posterior, além de negociação durante; e tudo isso deve ser em resposta ao que pode ser um ambiente exigente. (Mintzberg, 2006, p. 43)

Todos esses fragmentos – dos ganhos, dos gastos e da guarda - precisam ser olhados como um todo e precisa estar girando constantemente com as bases da gestão, traçando a sua estratégia e atuando de forma planejada, organizada, tendo um comando a partir do ponto de vista feminino da qual ela é a protagonista, a coordenação financeira e o controle que precisam ser escolhido os recursos possíveis para efetuar um bom controle do dinheiro.

Na Figura 10, demonstra o eixo da independência feminina indica que os três setores dos G gerir de forma eficiente e adaptável a realidade que seja compatível a estrutura social das mulheres e que sejam diretrizes básicas (Collins e Porras, 2021) para que elas se aproximem a relação delas com o dinheiro. A gestão financeira não é uma fórmula única, mas um processo personalizado que deve buscar alinhamento em estratégia, táticas, estrutura como as empresas visionárias (Collins e Porras, 2021) considerar o contexto de vida, os objetivos e os valores das mulheres.

Figura 11 - O Eixo da Independência Feminina

Fonte: autoria própria

Ao analisar as diversas combinações possíveis entre as três dimensões da gestão financeira – os ganhos (geração de renda), os gastos (gestão de custo) e guarda (geração de patrimônio) - somos capazes de desvendar as complexidades da independência feminina. A relação entre ganho e gasto, por exemplo, nos permite calcular o custo de vida e identificar oportunidades para otimizar os gastos. A interação entre gasto e guarda nos ajuda a compreender como o patrimônio é construído ao longo do tempo, enquanto a combinação entre ganho e guarda revela a eficácia dos investimentos realizados. Essa análise integrada das diferentes dimensões financeiras proporciona uma visão mais sistêmica e permite às mulheres tomarem decisões mais assertivas e estratégicas em relação ao seu futuro. Para alcançar a independência financeira, as mulheres precisam adotar uma visão de longo prazo e construir uma gestão financeira sólida.

6.2 INCLUSÃO DA GOVERNANÇA NA VIDA PRÁTICA

A governança, tradicionalmente associada à administração pública e corporativa, tem se expandido para diversos contextos da vida cotidiana, influenciando decisões e práticas sociais. Para as mulheres, a incorporação de princípios de governança na vida prática representa uma ferramenta para promover a transparência, a responsabilidade e a eficiência na gestão de recursos e na tomada de decisões. Integrar esses princípios ao cotidiano pode ser um caminho estratégico para que as mulheres assumam posições de decisão e promovam a equidade em diferentes esferas da sociedade.

No artigo *The New Governance: Governing without Government* [A Nova Governança: Governar sem Governo] (1996), Rhodes argumenta que a governança deve ser entendida como redes interorganizacionais auto-organizadas que operam independentemente do controle governamental central. Além disso, o artigo explora como essas redes complementam os mercados e hierarquias tradicionais na alocação de recursos, no controle e na coordenação, desafiando as estruturas clássicas de governabilidade.

Rhodes apresenta seis concepções de governança, dentre elas: Governança como Estado Mínimo, que enfatiza a redução da intervenção pública e a valorização dos mercados e quasi-mercados na prestação de serviços públicos (p. 660, 1996); Governança como Governança Corporativa, que trata do sistema pelo qual as organizações são dirigidas e controladas, com foco em direção, supervisão e *accountability* (p. 653, 1996); Governança como ‘Boa Governança’, centrada em práticas administrativas que asseguram eficiência, independência do judiciário e respeito às leis e aos direitos humanos, especialmente em contextos de desenvolvimento (p. 666, 1996).

No caso das mulheres, esses princípios se tornam ainda mais essenciais diante dos desafios históricos de desigualdade de oportunidades e da necessidade de gestão de múltiplas funções, incluindo trabalho, família e comunidade. Ampliando essa abordagem, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2020) define quatro princípios fundamentais de governança que, aplicados à vida das mulheres, podem promover sua autonomia e fortalecer sua independência financeira: a transparência, ao incentivar um planejamento financeiro detalhado e uma comunicação clara sobre ganhos, gastos e guarda, contribui para uma visão realista da situação financeira e fortalece relações de confiança; a equidade diz respeito ao tratamento justo e respeitoso, o que implica buscar condições igualitárias nas relações de trabalho, na divisão das responsabilidades domésticas e no acesso a oportunidades; a prestação de contas se expressa na responsabilidade pelas próprias decisões financeiras, com constante avaliação e correção de rotas; e a responsabilidade corporativa, ou social, está associada à consideração dos impactos das escolhas individuais no bem-estar coletivo, promovendo o consumo consciente e decisões alinhadas com a sustentabilidade social.

No artigo *A Survey of Corporate Governance* [Uma Pesquisa sobre Governança Corporativa] (1997) menciona a importância da transparência sendo um dos mecanismos é a documentação e a divulgação clara das ações da gestão, ajudam a alinhar os interesses dos gerentes com os investidores. Além disso, a transparência pode facilitar no

acompanhamento sendo uma gestão sólida e confiável como praticados nas organizações. No âmbito pessoal, não é falado no artigo acima, porém pode ser ajustada com base nesses princípios.

Shafik (2021), em *What We Owe Each Other: A New Social Contract for a Better Society*, nos convoca a uma reflexão sobre um debate de um novo contrato social que requer instituição eficazes, transparência e participação coletiva nas tomadas de decisão que nesse modo o tema governança atravessa o tempo todo em seu livro. Ela, como mulher, reforça como as políticas sociais e econômicas afetam desproporcionalmente as mulheres e como um novo contrato social deve corrigir essa desigualdade. Ela nos ajuda a colocar o pilar da participação como um lugar que as sociedades precisam potencializar o cuidado uns com os outros:

Todos os dias enfrentamos obrigações mútuas e cuidamos dos outros, não apenas no círculo familiar, mas também tendo de comunidades e Estados-nações, muito além de nosso interesse próprio e mesquinho. Obviamente, pagamos impostos que beneficiarão pessoas em outras partes do país (e às vezes em outras partes do mundo) que nunca encontraremos. (Shafik, 2021, p. 24)

E reforça que devemos fazer a nossa parte:

Fazemos isso porque acreditamos que viver em uma sociedade mais justa e bem administrada nos ajuda a ter uma vida melhor e estamos dispostos a construir com a nossa parte para que isso aconteça pelo nosso bem e por causa da solidariedade com nossos concidadãos. (Shafik, 2021, p. 24)

A participação da mulher, tanto em esferas privadas, como o cumprimento de suas obrigações fiscais, quanto em esferas públicas, como o acompanhamento e a cobrança dos movimentos políticos, fortalece sua governança.

Quanto ao eixo da independência feminina e a sua relação com a gestão financeira aliado a governança é de se esperar que possamos repensar o consumo²⁷

²⁷ Mulheres em tempos de modernidade líquida, Santaella (2008) conceitua o consumismo cool como uma nova fase da sociedade de consumo, caracterizada por ser leve e cool em contraste com o consumo ostentatório e pesado. O consumismo cool é descrito como emocional, experiencial, psicologizado e feito de emoções sutis, capaz de proporcionar o gozo íntimo da diferença por meio do consumo de produtos de qualidade. Ele é associado à busca pelo algo mais da qualidade para a satisfação dos desejos plurais, permitindo pequenas e grandes extravagâncias de refinamentos que levam a uma sensação de conforto, harmonia e bem-estar. Esse tipo de consumo valoriza a qualidade, os produtos especiais e as experiências sensoriais, promovendo uma relação mais positiva e emocional com o ato de consumir.

(Santalella, 2008); respeitar corpo feminino (Godenberg, 2011; Diniz, 2010); conhecer os direitos e cumprir com seus deveres (Shafik, 2021); acompanhar o cenário político e cobrar de perto as promessas e suas atuações e desenvolver estratégias construtivas de resistência (hooks, 2021).

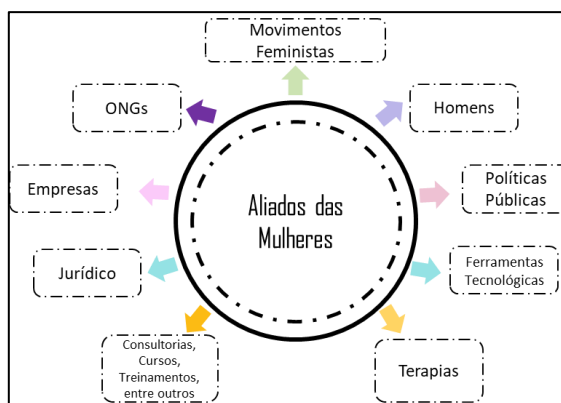
Buscar maior clareza sobre as finanças e compreender os impactos de suas decisões é fundamental para as mulheres. Isso exige dedicação ao estudo de finanças pessoais, educação e letramento financeiro, mas também o reconhecimento das barreiras impostas por contextos históricos e sociais. Ao adotar os princípios da governança como parte da sua vida cotidiana, as mulheres não apenas fortalecem sua independência, mas também se tornam protagonistas de uma transformação coletiva mais justa e sustentável.

6.3 APOIO DE RECURSOS E PESSOAS

A situação das mulheres não é uma luta individual, mas sim coletiva, uma vez que todos são corresponsáveis pelas questões que envolvem a igualdade de gênero. Nesse sentido, é fundamental que as mulheres reconheçam e fortaleçam seus aliados — aqueles que trabalham em prol de uma sociedade mais justa, apoiando causas que ampliam movimentos, sejam eles feministas ou não, mas que promovam o avanço dos direitos das mulheres. Esses aliados ajudam a fortalecer o espaço das mulheres tanto no campo privado quanto no público, contribuindo para uma mudança social mais ampla e duradoura

Desses aliados, elencamos como os principais: homens como aliados na busca pela igualdade de gênero; organizações e instituição comprometidas com a igualdade de gênero; movimento sociais e ativismo; instrumentos tecnológicos; educação, terapia e formações financeiras; políticas públicas e legislação, e, por último, alianças entre os privados, governo, empresas, ONGS, programas, etc. como ilustrado na figura 11.

Figura 12 - Os Aliados das Mulheres Contemporâneas



Fonte: autoria própria

Os homens são de grande importância no manejo de força a favor das mulheres. O *HerforShe*²⁸ [ElesporElas] criado em 2014 pela ONU Mulheres que se trata “de um esforço global para envolver a população masculina na remoção de barreiras sociais e culturais que impedem mulheres de conquistar os espaços e atingir todo o seu potencial” (ONU, 2020) e que em conjunto possam construir uma nova sociedade.

Segundo o Relatório²⁹ das Ações do Ministério das Mulheres (2023), as políticas públicas brasileiras promovem ações como o Programa Mulher Viver sem Violência atrelado às Casas da Mulher Brasileira³⁰, que são espaços que promovem serviços especializados e “facilita o acesso aos serviços especializados para garantir condições de enfrentamento à violência, o empoderamento da mulher e sua autonomia econômica.” (MDM, 2023).

Espalhados pelo país, CEAM – Centro Especializado de atendimento à Mulher³¹, tem como objetivo de acolher e acompanhar a partir de uma abordagem interdisciplinar

²⁸ Página oficial do movimento HerForShe Disponível em <https://www.heforshe.org/en>; informações da Universidade Federal de São Paulo sobre o movimento Disponível em <http://uspmulheres.usp.br/escritorio/elesporelas/> e informações sobre ONU Mulheres que promove o movimento Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/97137-stj-adere-ao-movimento-elesporelas%C2%A0#:~:text=Criado%20pela%20Entidade%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es,e%20constru%C3%ADrem%20uma%20nova%20sociedade>. Acesso em: 02 jul. 2024

²⁹ O Relatório das Principais Ações de 2023 do Governo Federal do Brasil referente ao Ministério das Mulheres Disponível em https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2024/fevereiro/Relatorio_Principais_Acoes_2023_Ministerio_das_Mulheres.pdf e <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202403/saiba-quais-sao-as-politicas-publicas-que-apoiam-as-mulheres-no-brasil> Acesso em: 02 jul. 2024

³⁰ A Casa da Mulher Brasileira é uma Ação do Governo Federal Disponível em <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas-1/casa-da-mulher-brasileira> Acesso em: 02 jul. 2024.

³¹ A Secretaria de Estado da Mulher é a responsável pelo Centro Especializado de Atendimento a Mulher – CEAM Disponível em <https://www.mulher.df.gov.br/centro-especializado-de-atendimento-a-mulher->

(social, psicológico, pedagógico e de orientação jurídica) às mulheres em situações de violências de gênero. O objetivo dos centros é promover e assegurar o fortalecimento da autoestima, autonomia e resgate da cidadania, além da prevenção, interrupção e superação das situações de violações aos direitos das mulheres.

As mulheres em situação de violência têm como aliado o serviço da Central de Atendimento à Mulher com “Ligue 180”. Segundo o mesmo relatório, o governo atual, no ano de 2023, impulsionou a informação do serviço para encorajar elas a denunciarem e buscarem orientações e serviços especializados. Atrelado a isso, foi lançado a ação “Agosto Lilás” (Figura 12), que proporciona uma programação a partir de materiais de campanhas sobre as formas de violência – física, psicológica, moral, patrimonial, sexual entre outras que afetam o cotidiano delas.

Figura 13 - Material da Campanha Nacional



Fonte: Ministério das Mulheres, Agosto Lilás (2023).

Na esfera jurídica, há leis já aprovadas, como a mais recente que é a Lei da Igualdade Salarial, que tem como objetivo estabelecer e “garantir que a remuneração seja justa e igualitária, sem discriminação de gênero, raça, orientação sexual ou qualquer outro fator não relacionado ao desempenho e às responsabilidades do cargo” (MDM, 2024). A Lei 8.213/91 prevê o salário-maternidade³² e que vem sendo reformulada e aperfeiçoada desde então, que é referente ao período de afastamento das funcionárias por motivos de nascimento do filho, aborto legais e adoção. No campo acadêmico, também foi incluída a licença maternidade, onde a alteração do currículo lattes ocorreu em 2021, sendo

[ceam/](#) Acesso em 02/07/2024. Cada estado conta com uma Unidade do CEAM e no Estado do Rio de Janeiro tem em trono 50 centros conforme a lista do Estado do Rio de Janeiro Disponível em https://www.rj.gov.br/secmulher/sites/default/files/arquivos_paginas/Unidades%20de%20Atendimento%20a%CC%80%20Mulher%20RJ%20%28maio_2024%29.pdf Acesso em: 02 jul. 2024.

³² Informações na íntegra sobre o salário-maternidade na base no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS Disponível em <https://www.gov.br/inss/pt-br/direitos-e-deveres/salario-maternidade> Acesso em: 02 jul. 2024.

permitido incluir o período de afastamento (Lattes, 2021), entre outras leis, como mapeamos na tabela 4.

Tabela 4 - Lista de Leis que protegem as Mulheres

Nome da Lei	no.	Ano	Do que se trata
Lei Maria da Penha	11.340	2006	Criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher de forma a prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, através de medidas protetivas. Violência Doméstica
Lei Carolina Dieckman	12.737	2012	Intuito de definir crimes cibernéticos no Brasil.
Lei do Minuto Seguinte	12.845	2013	Garantias a vítimas de violência sexual, como atendimento imediato pelo SUS, amparo médico, psicológico e social, exames preventivos e o fornecimento de informações sobre os direitos legais das vítimas.
Lei Joana Maranhão	12.650	2015	Alterou os prazos quanto à prescrição (prazo) contra abusos sexuais cometidos contra crianças e adolescentes, de forma que a prescrição só passou a valer após a vítima completar 18 anos, e o prazo para denúncia aumentou para 20 anos
Lei do Femicídio	13.104	2015	Quando uma mulher é morta em decorrência de violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher, fica caracterizado o feminicídio, sendo considerado um crime hediondo em que a pena pode chegar a 30 anos de reclusão.
Lei do Acompanhante	9.878	2022	É uma lei estadual do estado do Rio de Janeiro assegurando o direito das mulheres de terem um acompanhante de sua livre escolha nas consultas e exames em geral nos estabelecimentos públicos e privados de saúde no Estado do Rio de Janeiro. A Lei visa proteger as mulheres em casos de violência e abuso sexual em consultas e procedimentos médicos, inclusive ginecológicos. Nos casos que envolvam sedação, o direito se torna obrigatório.

Lei de Importunação Sexual	13.718	2018	Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro. O artigo descreve como crime o ato de praticar ato libidinoso (de caráter sexual), na presença de alguém, sem sua autorização e com a intenção de satisfazer lascívia (prazer sexual) próprio ou de outra pessoa.
Protocolo Não é Não	14.786/ 14.717	2023	Combater o constrangimento e a violência contra mulheres, além de criar o selo Não é Não. Além disso, instituiu a pensão especial aos filhos e dependentes crianças ou adolescentes órfãos em razão feminicídio.
Lei da Igualdade Salarial	14.611	2023	Igualar o salário e critérios remuneratórios entre mulheres e homens; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Fonte: autoria própria

As ferramentas tecnológicas desempenham um papel fundamental no apoio à autonomia e proteção das mulheres. Um exemplo é a plataforma Mulheres Seguras³³, iniciativa do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), que oferece acesso remoto e presencial a uma rede de apoio, além de informações confiáveis sobre os diferentes tipos de violência, orientando desde a identificação até os mecanismos de denúncia. Já a *startup* Mete a Colher³⁴ atua no ambiente corporativo, utilizando a tecnologia para combater a violência contra mulheres no contexto empresarial. No campo da educação financeira, plataformas como o *YouTube* disponibilizam conteúdos relevantes, como o canal Finanças Femininas, de Carolina Sandler³⁵, que oferece dicas práticas sobre finanças pessoais com foco no empoderamento econômico feminino. Complementarmente, aplicativos de finanças pessoais — independentemente do gênero — e ferramentas como planilhas eletrônicas ou manuais são recursos valiosos para auxiliar no controle e planejamento financeiro individual.

³³ Plataforma Mulher Segura Disponível em <https://www.mulhersegura.org/> Acesso em: 02 jul. 2024.

³⁴ Site 'Mete a Colher' Disponível em <https://www.meteacolher.org/> Acesso em: 02 jul. 2024.

³⁵ Carol Sandler é jornalista, educadora financeira e fundadora do Finanças Femininas, a maior plataforma online do Brasil de educação financeira para mulheres. É apresentadora do podcast “Meu Dinheiro, Minhas Regras” e colunista da Rádio Bandeirantes. Autora dos livros “Dinheiro Nasce em Árvore?” e “Detox das Compras”, além de coautora do “Finanças Femininas – Como organizar suas contas, aprender a investir e realizar seus sonhos”. Instagram: @financasfemininas.

As dificuldades emocionais relacionadas ao dinheiro podem ser tratadas em contextos terapêuticos, como clínicas psicológicas e terapia familiar. Além disso, iniciativas como os Devedores Anônimos³⁶ oferecem apoio mútuo a pessoas endividadas. No campo educacional, plataformas como o Educa+Brasil³⁷ promovem a alfabetização financeira com temas como previdência, sistema financeiro e endividamento. A educação financeira é reconhecida como essencial para o exercício da cidadania (Fortes, 2020), sendo também promovida pela Estratégia Nacional de Educação Financeira³⁸ (ENEF), criada pelo governo federal em 2010 para estimular decisões econômicas mais conscientes.

As iniciativas privadas colaboram como por exemplo a Mulheres do Brasil³⁹ fundada pela empresária Luiza Trajano. Sendo uma organização que tem como objetivo promover a participação e liderança feminina em diversos setores, incluindo a economia e finanças, por meio de eventos, projetos e ações de advocacia. Há também a Rede Mulher Empreendedora⁴⁰, fundada pela empresária Ana Fontes, que tem objetivo apoiar, capacitar e conectar mulheres empreendedoras em todo o país. A rede oferece diversas iniciativas, como cursos de capacitação, mentorias, eventos de *networking* e acesso a recursos financeiros, visando promover o empreendedorismo feminino e ajudar as mulheres a desenvolverem seus negócios e alcançarem autonomia financeira.

Por fim, as ativistas e os movimentos feministas⁴¹ são de suma importância para a história das mulheres como já falamos principalmente no capítulo 2.

³⁶ Sobre os devedores anônimos. Disponível em <https://www.devedoresanonimos-rio.com.br/> Acesso em: 02 jul. 2024.

³⁷ Educa+Brasil sobre Educação Financeira Disponível em <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/educacao-financeira> Acesso em: 02 jul. 2024

³⁸ Tem objetivo é capacitar a população para tomar decisões financeiras mais informadas e conscientes, contribuindo para o bem-estar econômico e social lançada pelo Decreto nº 7.397 do governo federal, em dezembro de 2010.

³⁹ Site na íntegra Grupo Mulheres do Brasil. Disponível em <https://www.grupomulheresdobrasil.org.br/> Acesso em 02 jul. 2024.

⁴⁰ Site da íntegra Rede Mulher Empreendera. Disponível em <https://rme.net.br/> Acesso em: 02 jul. 2024

⁴¹ “Os movimentos feministas organizam-se para lutar contra uma condição: não é a luta por políticas públicas, por revisões de código de direito ou mesmo por creches, delegacias, etc. que constituem o movimento, mas a luta contra uma condição dada historicamente pela desigualdade nas relações de gênero, que se expressam ao nível público e ao nível privado, ao nível da razão e do afeto, do trabalho e do prazer, da obrigação e do desejo” (Novellino apud Pinto (1992); 2006 p. 2).

7 CONCLUSÃO

Este trabalho tem uma pergunta no título que é direcionado a “mulher” e “quem” sobre as suas finanças num tom provocativo. As palavras "mulher" e "quem" no título do trabalho sugerem uma dependência histórica, indicando que a mulher, ao longo do tempo, precisou de validação de terceiros para ser reconhecida socialmente. A ideia de que a mulher deve, repentinamente, assumir a responsabilidade por suas finanças, apenas munida de papel, caneta ou planilha eletrônica, é uma simplificação quase cruel. Afinal, ser mulher em uma sociedade moldada pelo capitalismo financeiro e pelo patriarcado é enfrentar uma luta árdua e contínua, ainda que com avanços significativos.

Del Priore (2020) destaca que as mulheres, ao longo da história, “souberam descortinar brechas, reinventar-se, apostar na criatividade para seguir em frente” (p. 9), muitas vezes sem o apoio de maridos ou pais para investir em sua educação e desenvolvimento pessoal. Ainda assim, conseguiram conquistar espaços significativos e mantê-los. Bell hooks (2021) complementa essa perspectiva ao afirmar que as mulheres “desenvolveram estratégias construtivas de resistência” (p. 97), evidenciando uma resiliência histórica diante da violência, da desigualdade e do preconceito. Esse legado de resistência deve, necessariamente, ser considerado ao se analisar a forma como as mulheres lidam com o gerenciamento de suas finanças na contemporaneidade.

Sem o controle de suas finanças, será possível que as mulheres conquistem um espaço de fala que garanta sua independência? Sardenberg (2000) alerta que sem recursos financeiros, as mulheres sequer entram no "jogo" social. Estudar a cultura que permeia a vida das mulheres auxilia entender a sua relação com o dinheiro, desta forma “ajuda a compreender que, contra a engrenagem da repetição, contra o retorno da adversidade, há o desejo de autonomia e liberdade” (Del Priore, 2020, p. 9).

O sistema atual continua a pressionar as mulheres para que permaneçam em uma posição de dependência. O consumo, por exemplo, exerce um papel central, seduzindo e mantendo-as em um ciclo que perpetua a subordinação a uma figura de autoridade externa, hoje representada pelos bancos, pelo marketing, pelos comerciais e pelas estruturas de consumo. O que antes era a figura do “grande pai”, agora é pulverizado em instituições financeiras, que oferecem crédito e facilitam o consumo, mas também aprisionam as mulheres em uma nova forma de dependência. Cada centavo que elas conquistam, muitas vezes com jornadas duplas ou triplas de trabalho, é alvo de uma estrutura de consumo que as vê como consumidoras em potencial.

Federici (2023) enfatiza que as mulheres vivem “num estado crônico de insegurança econômica” (idem, 2023, p. 22), o que resulta em uma constante sensação de falta de controle sobre suas próprias vidas. Bauman (2010) também nos lembra que o “capitalismo se destaca por criar problemas, e não por solucioná-los” (idem, 2010, p. 7). O sociólogo destaca que o cartão de crédito é uma ferramenta que potencializa o papel do marketing de fomentar os desejos imediatos, e assim elas se submetem, mesmo quando não há recursos disponíveis. As soluções oferecidas pelos bancos, ao postergarem pagamentos, acabam, muitas vezes, penalizando as mulheres em um contexto financeiro.

Bauman (2010) nos alerta que, na era atual, é necessário adiar a satisfação, enfatizando a importância de “privar-se de certas alegrias, gastar com prudência, colocar o dinheiro economizado na poupança e ter esperança, com cuidado e paciência, de conseguir juntar o suficiente para transformar sonhos em realidade” (idem, 2010, p. 12). Essa perspectiva destaca a necessidade de uma abordagem mais consciente e deliberada em relação ao consumo e ao gerenciamento financeiro, essencial para que as mulheres possam construir um futuro mais sustentável, apesar das pressões do sistema capitalista que frequentemente as incentivam a consumir de forma imediata e desenfreada.

Barbosa (2014), em um seminário intitulado Consumo – por que a gente é assim?, propõe que a mudança de nossos hábitos é o primeiro passo na reestruturação de uma atitude permanente de vigilância sobre nossas ações. Embora essa atitude por mais que possa parecer desagradável e controladora inicialmente, é um processo necessário até que se torne uma segunda natureza. Ela destaca que a ciência e a tecnologia são grandes aliadas nesse mapeamento do ciclo de vida de nossas práticas. Além disso, reforça que, anteriormente, não havia uma cultura de preocupação com o meio ambiente; por isso, é imprescindível desenvolver um processo de aprendizado e vigilância constante, que vai além da mera dimensão do consumo.

Minouche (2022) já nos faz um alerta que é preciso que o contrato social precisa mudar dentro de casa. Assim, a utilização dos mesmos recursos que as empresas empregam para gerenciar suas finanças pode se tornar um aliado fundamental no fortalecimento da independência feminina. Os princípios da administração, que se baseiam nos 3G’s — ganhos, gastos e guarda — podem ser fragmentados e contextualizados na realidade das mulheres. Cada um desses G’s assume uma dimensão particular e apresenta lacunas que precisam ser enfrentadas no cotidiano. Contudo, essa abordagem muitas vezes não potencializa a independência financeira na perspectiva do gerenciamento.

Entretanto, ao adotar uma visão sistêmica dos 3G's, é possível criar um eixo central que aproxima as mulheres dessa independência financeira. Ao focar no que elas ganham, garantindo que os gastos se mantenham dentro de limites razoáveis e que exista uma reserva suficiente para um futuro sustentável, essa metodologia pode ser um caminho viável para a independência plena. Dessa forma, o gerenciamento das finanças pode empoderar as mulheres, permitindo-lhes não apenas a sobrevivência, mas também a construção de um futuro mais seguro e sustentável.

Uma vez que o eixo da independência feminina, sob a perspectiva financeira, resulta em uma dinâmica que favorece a mulher em seu espaço privado, é necessário ampliar essa visão para incorporar as práticas e tendências observadas no mercado financeiro. Um exemplo é a crescente adoção dos princípios Governança que demonstram que empresas que implementam tais modelos de gestão tendem a ter um valor de mercado superior em comparação com aquelas que operam de maneira mais conservadora. Dessa forma, a luta por uma maior independência deve ser coletiva, permitindo que mulheres em situações mais sustentáveis possam atuar como agentes de mudança, ajudando outras mulheres a alcançarem o mesmo eixo de autonomia financeira. Essa abordagem não apenas fortalece a individualidade das mulheres, mas também cria uma rede de apoio e solidariedade que potencializa as conquistas de todas.

Ao integrar os princípios da governança em suas estratégias financeiras, as mulheres podem promover não apenas seu próprio desenvolvimento, mas também contribuir para um ambiente mais equitativo e justo, onde a independência financeira se torna uma realidade acessível a todos. A transformação do gerenciamento financeiro, inspirado por essas práticas, pode resultar em uma mudança cultural significativa, desafiando as estruturas existentes e abrindo novos caminhos para a autonomia feminina.

7.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Apesar dos esforços para garantir a abrangência e a consistência desta pesquisa, é importante reconhecer algumas limitações inerentes ao processo investigativo, as quais podem influenciar a interpretação dos dados e a generalização dos resultados.

As limitações contextuais referem-se à localização geográfica da pesquisa, que se restringe a centros urbanos, particularmente à cultura do Rio de Janeiro. Essa

especificidade pode comprometer a generalização dos achados para outras regiões do Brasil ou contextos culturais distintos. Além disso, possíveis mudanças sociais, como crises econômicas, podem impactar a relevância e a aplicabilidade dos resultados ao longo do tempo.

As limitações teóricas incluem a utilização de um número reduzido de teóricos de referência e a falta de um aprofundamento teórico, especialmente considerando a natureza multidisciplinar da pesquisa. Um aspecto faltoso e relevante é a abordagem centrada na literatura marxista e na luta de classes. Além disso, temas que associamos a vida prática das mulheres com a literatura da governança corporativa. Este enfoque pode obscurecer a necessidade de um entendimento mais abrangente sobre como as trabalhadoras percebem e administram seus recursos financeiros. Além disso, a pesquisa não incorporou adequadamente a literatura feminista, que é fundamental para considerar diversas perspectivas e experiências ao discutir a relação entre dinheiro e mulheres, independentemente de suas classes sociais. Conforme afirma Davis (2024):

Há importantes dimensões do feminismo. Nós reconhecemos que ao falarmos sobre uma questão aparentemente pequena, afetamos o todo. E isso faz parte do entendimento de lutar por liberdade e justiça para todos. Para o feminismo ser relevante ele precisa ser antirracista e incluir todas as mulheres das mais diversas esferas. (NATIONAL WOMEN'S HISTORY MUSEUM, [s.d.]).

A necessidade de um feminismo inclusivo e interseccional, que aborde não apenas questões de gênero, mas também de raça, de classe e de outras formas de opressão.

Por fim, as limitações práticas da pesquisa incluem a ausência de uma pesquisa de campo com mulheres casadas do Rio de Janeiro, o que poderia validar empiricamente as teorias apresentadas. A falta de coleta de dados primários limita a robustez dos resultados e a credibilidade das conclusões, evidenciando a necessidade de investigações futuras que considerem essa amostra específica.

7.2 SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

Embora os resultados tenham fornecido importantes informações sobre as práticas de gerenciamento financeiro e a independência feminina, várias questões permanecem abertas para futuras investigações.

Para dar continuidade a um aprofundamento de pesquisa de campo, o estudo aguarda a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) por meio da Plataforma Brasil, que é o sistema eletrônico oficial para submissão e acompanhamento de projetos de pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil. A submissão do protocolo de pesquisa foi realizada em 13/08/2024 (figura 2), seguindo todos os procedimentos regulamentares exigidos pela Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). No momento, o estudo encontra-se na fase de avaliação ética, e a coleta de dados com as participantes será iniciada assim que a aprovação for obtida. A importância dessa etapa reside na garantia de que os direitos e a segurança das participantes serão rigorosamente respeitados, conforme as diretrizes éticas vigentes. Abaixo podemos constatar que o processo se encontra ainda em andamento com uma proposta de fazer 15 entrevistas com um conjunto de participantes a partir do público definido neste trabalho vigente, possibilitando a obtenção de informações mais detalhadas e nuances sobre suas experiências e trajetórias. A abordagem qualitativa das entrevistas buscará, de forma complementar, por essa mostra, compreender o impacto de tal relação - mulher e dinheiro - no processo de independência feminina.

Futuras investigações poderiam se concentrar em como programas de independência feminina na perspectiva da gestão financeira impactam a capacidade das mulheres de tomar decisões financeiras informadas, aumentar sua segurança econômica e promover o empoderamento na sociedade.

A expansão do perfil demográfico possibilita uma análise mais abrangente ao incorporar variáveis como idade, estado civil e regiões do Brasil. Essa abordagem permite uma compreensão aprofundada de como os contextos socioeconômicos e culturais influenciam a gestão financeira e a cidadania feminina em diversos cenários.

Outro aspecto a ser explorado é o papel das redes sociais na disseminação de informações financeiras e na construção de comunidades de apoio. Investigações futuras poderiam avaliar como influenciadoras digitais e plataformas colaborativas contribuem para a troca de conhecimento e experiências em relação à gestão financeira. Essa análise

poderia não apenas destacar as oportunidades de empoderamento econômico proporcionadas pela tecnologia, mas também identificar possíveis riscos, como a disseminação de informações financeiras enganosas.

Por fim, outro caminho relevante para futuras pesquisas reside na análise crítica de políticas públicas voltadas à inclusão financeira das mulheres. Investigar o impacto de programas governamentais e políticas de incentivo à autonomia financeira feminina pode oferecer insights significativos sobre o papel do Estado na promoção de uma cidadania financeira equitativa. Tal investigação também pode identificar lacunas nas políticas atuais e sugerir melhorias que favoreçam a igualdade de gênero no acesso a recursos financeiros e oportunidades econômicas.

8 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.G. de. COSTA, N.F.P. **Protocolo de assistência à saúde sexual e reprodutiva para mulheres em situação de violência**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro BEMFAM, 2002.

AMURI, E. **Dinheiro sem medo**. São Paulo: Benvirá, 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA (ABEP). **Critério Brasil**. Disponível em: <https://www.abep.org/criterio-brasil>. Acesso em: 18 jul. 2024.

BANCO MUNDIAL. **Indicador de representação feminina no parlamento**. Disponível em <https://data.worldbank.org/indicator/SG.GEN.PARL.ZS?locations=BR-MX-UY-AR&view=chart>. Acesso em: 18 jul. 2024.

BANDEIRA, L; DE MELO, H.P. **O conflito entre reprodução e o desejo**. Revista Gênero, v. 11, n. 1, 2010.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

_____. **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar, 2004.

_____. **Capitalismo Parasitário: E outros temas contemporâneos**. Tradução de Eliana Aguiar. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

_____. **Consumo, logo existo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

_____. **Vida para consumo: A transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar, 2008.

_____. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar, 2007.

bell hooks. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. Tradução Stephanie Borges. São Paulo, Ed. Elefante, 2021.

BLAU, F. D.; KAHN, L.M. **The Gender Wage Gap: Extent, Trends, and Explanations**. Journal of Economic Literature, v. 55, n. 3, p. 789-865, 2017.

BRASIL. **Código Civil de 1916**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm . Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. **O que é cidadania financeira? Definição, papel dos atores e possíveis ações**. BCB. Brasília. 2018.

BRASIL. **Relatório Cidadania Financeira 2021**. Banco Central do Brasil. Disponível em:

https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio_de_Cidadania_Financeira_2021.pdf Acesso em: 22 jul. 2023.

BRUSCHINI, C. **O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes**. Estudos Feministas. 1994.

BUSNELLO, B; PEDRO, J.M. **Poucas, Mas Ruidosas: política de cotas para mulheres**. XIX Encontro Estadual de História. ISSN 2316-1035. Santa Catarina. FAED | UDESC, 2022.

BUSSINGER, E. **As leis do dinheiro para mulheres**. São Paulo: Campus, 2005.

CAMPOS, C.L.O; NASCIMENTO, J.P.B; BIAZOLI, L; FAUSTINO, P.H.L. **A construção Da Identidade Social Da Mulher Em Obras De Finanças Pessoais**. Cadernos de Linguagem e Sociedade, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 112–131, 2019. DOI: 10.26512/les.v20i2.26997. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/26997>. Acesso em: 10 out. 2024.

CARTER, B; MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida da família: Uma estrutura para a terapia familiar**. Porto Alegre, RS: Artmed. 2011.

CHIAVENATO, I. **Administração: Teoria, Processo e Prática**. Ed. Campus. Rio de Janeiro, 2011

_____. **Introdução à teoria geral da Administração**. Ed. Campus. Rio de Janeiro, 2007

ÇİNELİ, B.; MUGIYAMA, R. **Money management over the course of marriage: Parenthood, employment and household financial organization in Japan**. *Advances in Life Course Research*, v. 56, p. 100544, 2023. ISSN 1569-4909.

COLLING, A.M. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

_____. **A construção histórica do corpo feminino**. Caderno espaço feminino, v. 28, n. 2, p. 180-200, 2015.

_____. **A cidadania da mulher brasileira: uma genealogia**. São Leopoldo: Oikos, 2021.

COSTA, M; MONTEIRO, J. **Consumo feminino e diferenciação de preços: uma análise do impacto econômico nas finanças pessoais das mulheres**. Revista de Estudos do Consumo, v. 5, n. 2, p. 112-125, 2019.

DAMIANI, D. **Ganhar, gastar, investir**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016

DE AZEVEDO, D.B; RABAT, M.N. **Palavra de Mulher: Oito Décadas do Direito ao Voto**. 2ª edição. Edições Câmara, 2012.

DE CAMPOS, C.H. **Feminicídio no Brasil: uma análise crítico-feminista**. Sistema Penal & Violência, v. 7, n. 1, p. 103-115, 2015.

DE CASTRO GUEDES, M; ARAÚJO, C. **Desigualdades de gênero, família e trabalho: mudanças e permanências no cenário brasileiro.** Revista Gênero, v. 12, n. 1, 2011.

DEL PRIORE, M. **Conversas e histórias de mulheres.** 1ed. São Paulo. Ed. Planeta, 2013.

_____. **História do Amor no Brasil.** 4a. ed. São Paulo. Ed. Contexto, 2021.

_____. **Sobreviventes e Guerreiras. Uma Breve História da Mulher no Brasil de 1500 a 2000.** 1a. ed. São Paulo. Ed. Planeta, 2020.

Dependência econômica da mulher agrava violência doméstica, dizem debatedoras. Agência Senado, Jun. 2023. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/06/14/dependencia-economica-da-mulher-agrava-violencia-domestica-dizem-debatedoras>. Acesso em: 06 abr. 2024.

DINIZ, D; MEDEIROS, M. **Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 15, p. 959-966, 2010.

DITTMAR, H. **A Material World: materialistic values and well-being in britain and the USA.** British Journal of Social Psychology, v. 44, n. 4, p. 575-594, 2005.

DRUCKER, P. **Administrando em tempos de grandes mudanças.** 3ª. Ed. São Paulo: Planeta, 1996.

DUARTE, P. G. **Crédito e Consumo: A dinâmica do capitalismo financeiro.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

DUESTERHAUS, M. et al. **The costs of being female: disparities in market pricing of grooming products.** Gender Issues, v. 28, n. 4, p. 175-191, 2011.

EVANS, D. M.; GREGSON, N. **Money, debt and finance: reclaiming the conditions of possibility in consumption research.** Sociology, v. 57, n. 6, p. 1491-1506, 2023.

EHRHARDT, Ute. **Gute Mädchen kommen in den Himmel, böse überall hin: Warum brav sein nicht immer liebenswert ist.** [Meninas boazinhas vão para o céu, as más vão à luta: como acabar de uma vez por todas com os padrões destrutivos que ainda habitam o imaginário feminino]. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FARVER, T.B.; HOLT, M; HONG, M. P. **Changes in women's financial well-being post-divorce: the role of labor market participation.** Journal of Family and Economic Issues, v. 44, n. 2, p. 339-355, 2023. DOI: 10.1007/s10834-023-09940-w. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10834-023-09940-w>. Acesso em: 15 out. 2024.

FAST, J., DUCAN, K.A., KEATING, N.C. et al. **Valuing the Contributions of Family Caregivers to the Care Economy.** J Fam Econ Iss 45, 236–249 (2024).

FEDERICI, S. **Quem deve a quem?** São Paulo: Editora Elefante, 2023.

_____. **O Patriarcado do Salário: notas de Marx, gênero e feminismo.** Vol 1. São Paulo: Boitempo, 2021.

FOSTER, D.G. **Gravidez indesejada: o mais extenso estudo americano sobre as consequências de ter ou não acesso ao aborto.** São Paulo: Sextante, 2024. Tradução de Ana Carolina Mesquita. Prefácio de Debora Diniz.

FRASER, N. **Fortunas do Feminismo: Do Capitalismo Gerido pelo Estado à Crise Neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016.

GABRIEL, F. A; PEREIRA, A.L; GABRIEL, A.C. **Modernidade líquida e consumismo no pensamento de Zygmunt Bauman;** Revista Intersaberes, v. 14, n.33, p. 698, 2019.

GARCIA, L.P et al. **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GILLESPIE, L. **The pink tax: Latest updates and statistics.** Bankrate, 2023. Disponível em <https://www.bankrate.com/personal-finance/pink-tax-how-women-pay-more/#key-insights> Acesso em 21 out. 2024.

GITMAN, L.J. **Princípios de administração financeira.** Tradução Cristina Yamagami; Revisão Técnica Elizabeth Krauter, Vinícius Augusto Brunasse Silva. 14.ed. São Paulo. Pearson Education do Brasil, 2017.

_____. **Princípios de administração financeira.** Tradução Allan Vidigal Hastings; Revisão Técnica: Jean Jacques Salim. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

GOLDENBERG, M. **Mulheres e envelhecimento na cultura brasileira.** Caderno Espaço Feminino, v. 25, n. 2, 2012.

_____. **Gênero e corpo na cultura brasileira.** Psicologia clínica, v. 17, p. 65-80, 2005.

_____. **Toda mulher é meio Leila Diniz.** Editora Best Seller, 2011.

_____. **Afinal, o que quer a mulher brasileira?** Psicologia Clínica, v. 23, p. 47-64, 2011.

_____. **A invenção de uma bela velhice: projetos de vida e a busca da felicidade.** Editora Record, 2020.

HANS, M. **As mulheres e o dinheiro: história de uma conquista.** Tradução Rosa Freire D' Aguiar. Rio de Janeiro. Ed. Terra e Paz, 1991.

HARVEY, D. **O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Breve História do Neoliberalismo.** São Paulo: Boitempo, 2007.

HITT, M.A.; IRELAND, R. D; HOSKISSON, R.E. **Administração Estratégica**. São Paulo: Cengage, 2008.

HOJI, M. **Finanças da Família. O caminho para a independência financeira**. São Paulo. Ed do Autor, 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA DO BANCO MUNDIAL. **Principais conclusões do Relatório "Mulheres, Empresas e o Direito 2016"**. Disponível em <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/421671519930701166-0050022015/original/WBL2016KeyFindingsPOR.pdf>. Acesso em: 8 out. 2024

IPSOS. **Pulso 2023: 61% dos brasileiros não conseguem poupar dinheiro**. IPSOS. Brasil. Ipsos, 2024. Disponível em <https://www.ipsos.com/pt-br> Acesso em 23 out. 2024.

JOHANSON, I. C. De objeto a sujeito: uma contribuição feminista à história e à filosofia. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, p. e59273, 2020.

JUSBRASIL. **Imposto rosa: por que é mais caro ser mulher**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/imposto-rosa-por-que-e-mais-caroser-mulher/1228379851>. Acesso em: 16 jul. 2024.

KHALIL, M. Financial citizenship as a broader democratic context of financial literacy. **Citizenship, Social and Economics Education**, v. 20, n. 1, p. 3-16, 2021.

KOTLER, P; ARMSTRONG, G; OPRESNIK, M.O. **Principles of Marketing**. 17th ed. Harlow: Pearson, 2017.

_____. KELLER, K.L. **Marketing Management**. 15th ed. Harlow: Pearson, 2016.

_____. **Administração de Marketing**. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

LIMONGI, F; OLIVEIRA, J.S. & SCHMITT, S. **Sufrágio universal, mas... só para homens. O voto feminino no Brasil**. Revista De Sociologia E Política, 27(70), e003. <https://doi.org/10.1590/1678-987319277003>, 2019.

LÜBBERT, H. **Economic Empowerment and Women's Rights in Brazil: A Critical Analysis of Legal and Cultural Challenges**. Journal of Financial Regulation and Compliance, v. 3, n. 2, p. 45-62, 2021. DOI: 10.1007/s42822-021-00060-4. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s42822-021-00060-4>. Acesso em: 15 out. 2024.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MARQUES, T.C.N, & MELO, H. P de. **Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962: ou como são feitas as leis**. Revista Estudos Feministas, 16 (2), 463–488. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200008>.

MELO, Hildete Pereira. CASTILHO, Marta. **Trabalho Reprodutivo no Brasil: Quem Faz?** Revista da Economia Contemporânea. Rio de Janeiro. V. 13, p. 135-158. 2009.

MEIRELLES, V; **Uso do dinheiro na vida adulta. Uma perspectiva da psicologia clínica e da psicologia do dinheiro.** Ed. Atlas. São Paulo, 2015.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. **Famílias e filhos no Brasil.** Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros/familias-e-filhos-no-brasil.pdf>. Acesso em 08 out. 2024.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Mulheres ganham 20,7% menos que homens em empresas com mais de 100 funcionários,** aponta 2º Relatório de Transparência Salarial. Disponível em <https://www.gov.br> Acesso em: 23 out. 2024.

MINTZBERG, H. **O processo da estratégia: conceitos, contextos e casos selecionados.** São Paulo: Bookman, 2006.

Mulheres trabalham 7,5 horas a mais do que os homens devido à dupla jornada. AGÊNCIA BRASIL. 2013. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-03/mulheres-trabalham-75-horas-mais-que-homens-devido-dupla-jornada> Acesso em: 09 ago. 2022.

NATIONAL WOMEN'S HISTORY MUSEUM. *Angela Davis: feminist solidarity.* [s.d.]. Disponível em: <https://www.womenshistory.org/resources/lesson-plan/angela-davis-feminist-solidarity>. Acesso em: 09 jul. 2024.

NIELSEN. **Tendências de consumo para a mulher brasileira. 2016.** Disponível em: <https://www.nielsen.com/pt/insights/2016/tendencias-de-consumo-para-a-mulher-brasileira/>. Acesso em: 17 out 2024.

ONU MULHERES e o PNUD. **Prevenir a Violência Contra as Mulheres Durante as Eleições: Um Guia Programático.** Disponível em https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Guia-VCME_web.pdf, 2020 Acesso em: 24 abr. 2024.

Os impactos da criação da pílula anticoncepcional na emancipação da mulher. Jornal da Universidade Federal de São Paulo – USP. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=715139> . Acesso em: 20 abr. 2024.

PEDRO, J.M. **A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração.** Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 239-260, 2003.

PINHO, C.S.de. **Autonomia feminina e capitalismo: representações históricas e contemporâneas.** In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 12, 2021, Florianópolis. Anais eletrônicos. Florianópolis, 2021. ISSN 2179-510X.

PIRES, M.L.B. **Women and Money: Consumerism, Masquerade or Seduction?** Gaudium Sciendi, n. 7, p. 216-231, 1 jan. 2015.

PORRAS, J. I.; COLLINS, J. **Feitas para durar: práticas bem-sucedidas de empresas visionárias**. São Paulo: Alta Books, 2020

PRODANOV C.C.; FREITAS, E.M. S. de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RHODES, R. A. W. **The New Governance: Governing without Government**. *Political Studies*, v. 44, n. 4, p. 652–667, set. 1996.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em Administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

RUEDIGER, M.A (Coord.). **Existe taxa rosa no Brasil? Incidência da discriminação de gênero em produtos no varejo online**. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2020. 1 recurso online (24 p.): PDF. ISBN 978-65-86845-11-2.

SANTANA, J.R; WAISSE, S. **Chegada e difusão da pílula anticoncepcional no Brasil, 1962-1972: qual informação foi disponibilizada às usuárias potenciais?** *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 9, n. 2, 2016.

SANTAELLA, L. **Mulheres em tempos de modernidade líquida**. *Comunicação & Cultura*, n. 6, p. 105-113, 1 jun. 2008.

SANTOS, A.K.L. **Movimento Feminista e o Debate Da Contraceção – Uma Análise Acerca Do Contexto Brasileiro Na Década De 1970**. Mestranda em História Social da Cultura Regional – UFRPE, 2020. Disponível em https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1602030441_ARQUIVO_3780b4dbce5963e5c0ffef0b825d511a.pdf. Acesso em: 20 abr. 2024.

SARDENBERG, C.M.B. **Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista**. NEIM/UFBA, em Salvador, Bahia, 2006. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6848> Acesso em: 18 jul. 2024.

SAVOIA, J.R.F; SAITO, A.T; SANTANA, F.A. **Paradigmas da educação financeira no Brasil**. *Revista Administração Pública (RAP)*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, nov./dez. 2007. Recebido em: abr. 2007; aceito em: out. 2007.

SENGE, P. M. **A quinta disciplina: o que é e como se tornar uma organização que aprende**. São Paulo: Editora Best Seller, 1990.

SETIAWAN, I.R; RAMLI, I.; LISTYARTI, I. **Design development of financial citizenship model for women in Indonesia**. *IOP Conference Series: Materials Science and Engineering*, v. 1007, p. 012046, 2020. 3rd Tarumanagara International Conference of the Applications of Technology and Engineering (TICATE), 3-4 ago. 2020, Jakarta, Indonésia.

SIBILIA, P. **A tela da vida: a revolução digital e as novas subjetividades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

SILVIA, A.P. BLANCHETTE, T.G. **Por amor, por dinheiro? Trabalho (re)produtivo, trabalho sexual e a transformação da mão de obra feminina**. Cadernos Pagu, 2017.

SILVA, A.B.B. **Mentes consumistas: do consumismo à compulsão por compras**. São Paulo: Globo, 2014.

SOARES, L.S.A; TEIXEIRA, E.C. Dependência econômica e violência doméstica conjugal no Brasil. Disponível em https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11440/4/ppp_n61_dependencia_economica_e_violencia.pdf Revista Planejamento e Políticas Públicas - PPP, n. 61, jan-mar. 2022.

SOIHET, R. **História das Mulheres e História de Gênero. Um depoimento**. Cadernos Pagu. P. 77-87, 1998.

SOLANO, E; ROCHA, C; SENDRETTI, L. **Mulheres de Extrema-Direita: Empoderamento Feminino e Valorização Moral da Mulher**. Caderno CRH, v. 36, p. e023040, 2023.

SOUZA, D.P. CARARO, A. **Extraordinárias: Mulheres que revolucionaram o Brasil**. 4ed. São Paulo. Seguintes, 2022.

SOUZA, R.C. **A esterilização feminina no Brasil: uma questão de saúde pública e direitos reprodutivos**. Revista Saúde e Sociedade. São Paulo. v. 15, n. 2, p. 72-82, maio/ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/ft3kRxZpYZqBdW6wbjS6kMH/> Acesso em: 8 maio 2025.

SOLOMON, M.R. **O Comportamento do Consumidor: Comprando possuindo, sendo**. 11. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.

SOLOMON, M.R. **Consumer Behavior: Buying, Having, and Being**. 13th ed. Harlow: Pearson, 2020.

VAZQUEZ, A.C.B; FALCÃO, A.T.S. **Os impactos do neoliberalismo sobre as mulheres trabalhadoras: a esfera do cuidado e a precarização do trabalho feminino**. O Social em Questão, v. XXII, n. 43, p. 371-392, jan./abr. 2019.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

VIEIRA, J.A. **A identidade da mulher na modernidade**. DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, v. 21, p. 207-238, 2005.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Global Gender Gap Report 2024**. Genebra: World Economic Forum, 2024. Disponível em <https://www.weforum.org/reports/global-gender-gap-report-2024> Acesso em: 23 out. 2024.

WOLFF, C.S; NECKEL, R; PEDRO, J.M. **Mulheres na Política Brasileira Contemporânea: Desafios e Violências**. Caderno Espaço Feminino. Uberlândia, MG. v.36 , n.2. jul./dez. 2023.

YAKIN, H. **The Evolving Role of International Law in the Protection of Women's Rights: A Focus on the Brazilian Maria da Penha Law**. Indiana Journal of Global Legal Studies, v. 18, n. 1, p. 291-321, 2011. Disponível em: <https://www.repository.law.indiana.edu/ijgls/vol18/iss1/6/>. Acesso em: 15 out. 2024.

YIN, R.K. **Estudo de caso: Planejamento e Métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZELIZER, V.A. **The Social Meaning of Money: Pin Money, Paychecks, Poor Relief, and Other Currencies**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

ZIKMUND, W. G. **Business Research Methods**. 5.ed. Fort Worth, TX: Dryden, 2000.